DOCUMENTOS DA CNBB – 83

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL

PRONUNCIAMENTOS DA CNBB

2004-2006

Direção-geral: *Flávia Reginatto*
Editora responsável: *Vera Ivanise Bombonatto*

Nenhuma parte desta obra poderá ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma e/ou quaisquer meios (eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia e gravação) ou arquivada em qualquer sistema ou banco de dados sem permissão escrita da Editora. Direitos reservados.

Paulinas

Rua Pedro de Toledo, 164
04039-000 – São Paulo – SP (Brasil)
Tel.: (11) 2125-3549 – Fax: (11) 2125-3548
http://www.paulinas.org.br – editora@paulinas.org.br
Telemarketing e SAC: 0800-7010081

© Pia Sociedade Filhas de São Paulo – São Paulo, 2006

APRESENTAÇÃO

É missão da Igreja anunciar profeticamente o Evangelho a todas as pessoas, em todos os momentos e nas mais diversas circunstâncias, para que a Palavra de Deus ilumine a vida e ajude a discernir sobre todas as coisas, movendo os corações a realizarem o que é bom.

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, que representa o episcopado católico deste imenso País, manifesta-se principalmente através de seus órgãos constitutivos: Assembléia Geral, Conselho Permanente, Presidência e Conselho Episcopal Pastoral (CONSEP). Por meio desses órgãos, a CNBB manifesta suas posições sobre os mais diversos assuntos, apresenta seus ensinamentos e oferece suas orientações para as comunidades eclesiais e o povo católico.

Além disso, vivendo no mundo e sendo parte da sociedade, a CNBB faz ouvir sua voz, em nome da Igreja, oferecendo sua contribuição para formar a opinião pública e a cultura, especialmente sobre questões que envolvem a dignidade humana, a ética e os valores religiosos. O fermento do Evangelho precisa ser colocado no contexto da convivência humana e sua luz precisa iluminar os caminhos e as decisões das pessoas.

Tenho, pois, a satisfação de apresentar esta publicação, que recolhe os pronunciamentos feitos pela CNBB entre janeiro de 2004 e julho de 2006. São sobretudo Declarações, Notas e Mensagens, que aparecem em ordem cronológica e agrupadas de acordo com o Órgão que as emitiu. Naturalmente, não estão incluídos os documentos temáticos mais extensos, geralmente produzidos pela Assembléia Geral anual, os quais aparecem em publicações próprias feitas pela CNBB.

Os pronunciamentos aqui recolhidos constituem uma fonte preciosa para conhecer a posição da CNBB sobre as mais diversas questões da vida social. Faço votos que esta publicação seja útil para as pessoas e instituições que desejam conhecer melhor o pensamento e a voz de seus pastores e estar em sintonia com eles.

Brasília-DF, 4 de agosto de 2006,
dia de são João Maria Vianney, o Cura d'Ars

† *Dom Odilo Pedro Scherer*
Bispo Auxiliar de São Paulo
Secretário-Geral da CNBB

I.
ASSEMBLÉIA GERAL

MENSAGEM AOS RELIGIOSOS E RELIGIOSAS POR OCASIÃO DO JUBILEU DE OURO DA CONFERÊNCIA DOS RELIGIOSOS DO BRASIL (CRB)

Caros irmãos e irmãs religiosos do Brasil,

É com imensa alegria e gratidão que nós, Bispos do Brasil, reunidos em nossa 42ª Assembléia Geral, saudamos a todos vós, religiosos e religiosas do Brasil, neste significativo Jubileu de Ouro de vossa Conferência. "Eis que faço novas todas as coisas" (Ap 21,5) é palavra inspiradora da celebração jubilar. Essa palavra vos convoca a viver com renovada confiança e total disponibilidade o seguimento de Jesus, na vivência dos conselhos evangélicos, segundo a inspiração de vossos Fundadores e Fundadoras, na riqueza e diversidade dos carismas, a serviço do Reino de Deus.

Neste Jubileu, queremos ressaltar, inicialmente, a estreita e permanente colaboração entre a CRB e a CNBB, em profundo espírito eclesial e testemunho evangélico. Esse testemunho de comunhão e de fraterna colaboração é grande legado de amor à Igreja e à causa do Reino.

Conscientes da pertença intrínseca da Vida Consagrada à santidade e missão da Igreja (cf. *Lumen gentium*, n. 44), queremos reafirmar, com reconhecimento e fraternidade, nosso apreço pela importante contribuição que dais à Igreja no Brasil. Ao longo dos anos, a presença de religiosos e religiosas foi de dedicação incansável e busca constante de fidelidade, nos mais variados campos de atuação: ensino e educação, saúde, catequese, serviços paroquiais, diálogo ecumênico e inter-religioso, pastorais específicas, assistência social, formação de lideranças, promoção humana, comunicação social, frentes missionárias no Brasil e nas missões *ad gentes*.

Agradecemos a presença e atuação de centenas de religiosos e religiosas que, em missão pelo mundo, inclusive junto aos brasileiros emigrados, realizam em suas vidas a vocação missionária, reafirmando essa dimensão essencial à vida da Igreja. Reconhecemos o valor inestimável do testemunho de tantos religiosos e religiosas, inseridos no meio do povo, nos mais diversos rincões de nosso imenso País. Sua vida de entrega e serviço, sobretudo aos mais empobrecidos, é um anúncio vivo do Evangelho. Louvamos seu esforço empreendido na formação de lideranças nas comunidades eclesiais rurais e urbanas, bem como na educação da fé e formação humana de crianças, jovens e adultos.

Destacamos com alegria a doação, criatividade e profetismo de tantas mulheres consagradas. Sua presença, cada vez mais qualificada, é serviço de relevante valor para a Igreja, no universo da missão, no campo das ciências teológicas e humanas e na formação em Seminários.

Fazemos especial menção à presença da Vida Religiosa contemplativa, através de expressivo número de institutos masculinos e femininos espalhados pelo Brasil. O testemunho de sua consagração, presença apostólica e preces de intercessão e de louvor dirigidas ao Pai estimulam e dão forças a todos os operários da messe do Senhor.

Vossa missão, como Conferência, é animar os Institutos Religiosos, articular a entreajuda e servir à Vida Religiosa, proporcionando-lhe oportunidades de formação, de aprofundamento e atualização dos respectivos carismas, de crescimento nas dimensões da espiritualidade, da vida comunitária e da missão. Desse modo, a CRB estimula os mesmos Institutos a realizarem e viverem o que recomenda o Concílio Vaticano II: "A conveniente renovação da vida religiosa comporta uma volta constante às fontes de toda a vida cristã, à inspiração original de cada um dos institutos religiosos e à sua adaptação às condições dos tempos que mudaram" (*Perfecta caritatis*, n. 2). Nos religiosos e religiosas "a consagração batismal é levada a

uma resposta radical no seguimento de Jesus Cristo, assumindo os conselhos evangélicos [...], exprimindo, de forma muito viva, o caráter trinitário da vida cristã, da qual antecipa, de algum modo, a realização escatológica, para onde tende a Igreja inteira (*Vita consecrata*, n. 14).

Atenta aos sinais dos tempos e às interpelações do Espírito, a vossa Conferência, em seu zeloso caminhar, tem promovido a reflexão, o aprofundamento e o estudo do sentido da Vida Religiosa e de sua atualização na vivência da vocação profética e missionária, na fidelidade constante ao Evangelho e à Igreja. Nessa perspectiva, tem proporcionado à Vida Consagrada inestimável inspiração e constante ajuda, para que esta trilhe o caminho da renovação profunda na fidelidade ao carisma fundacional e à realidade na qual está inserida. Tem, também, ajudado os Institutos Religiosos na busca de caminhos novos de evangelização, no anúncio e testemunho da fé, em muitos casos com o sacrifício da própria vida pelo martírio, no serviço aos irmãos, na defesa da dignidade da pessoa humana e de seus direitos e na promoção da vida, em projetos de solidariedade, assumidos na cooperação intercongregacional. De tudo isso, somos testemunhas!

O surgimento de novas formas de Vida Consagrada é um sinal dos tempos, em cujo acompanhamento, discernimento e estímulo tem papel importante a CRB, junto com nossa missão de pastores.

Queremos agradecer a Deus pelo esforço de entrosamento de religiosos e religiosas nas Igrejas Particulares, fonte de enriquecimento recíproco. Contamos com essa colaboração, que se tornou valiosa ocasião de crescimento para o povo de Deus e ganhos para o Reino.

Suplicamos a presença do Espírito Santo para que a Vida Religiosa continue fiel à sua vocação profética e não lhe faltem a audácia evangélica e a coragem missionária face aos grandes desafios do nosso tempo, marcado por tantas divisões, perplexidades, injustiças e exclusões. Fazemos votos de que vosso generoso testemunho desperte nova primavera vocacional na Igreja.

Permiti-nos, neste contexto jubilar, sublinhar a recomendação do Santo Padre: "Vós não tendes apenas uma história gloriosa para recordar e narrar, mas uma grande história a construir. Olhai o futuro, para o qual vos projeta o Espírito, a fim de realizar convosco ainda grandes coisas" (*Vita consecrata*, n. 110a).

Contamos com vosso entusiasmo e ação para que, na linha das Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil, participeis intensamente na realização do Projeto Nacional de Evangelização "Queremos ver Jesus – Caminho, Verdade e Vida". Renovamos o apelo a uma presença cada vez maior

em frentes missionárias no interior do Brasil, em particular na Amazônia, e além-fronteiras. Uma resposta generosa a esse chamado à missão seja a marca de vosso Jubileu.

Queridos irmãos e irmãs religiosos, sede artífices deste novo tempo, acreditando na irradiação do testemunho, na urgência da profecia e na força da esperança.

Que Nossa Senhora, invocada carinhosamente com o título de Conceição Aparecida, vos acompanhe neste Ano Jubilar para viver intensamente este tempo de graça, de memória e de compromisso. Sua palavra — "Fazei tudo o que ele vos disser" (Jo 2,5) — continue inspirando a Vida Religiosa no Brasil, para viverdes com alegria e entusiasmo o discipulado, no seguimento de seu Filho Jesus.

A todos vós, irmãos e irmãs, nosso fraterno apreço e bênção.

Itaici, Indaiatuba-SP, 27 de abril de 2004

MENSAGEM PARA O DIA DO TRABALHADOR

Nós, Bispos da Igreja Católica no Brasil, reunidos em Assembléia Geral, em Itaici, Indaiatuba-SP, de 21 a 30 de abril de 2004, voltamos o olhar e o coração de pastores a todos os trabalhadores e desempregados de nosso País, por ocasião do Dia do Trabalhador, fazendo nossas as suas alegrias e esperanças, angústias e tristezas.

Desejamos ter os mesmos sentimentos de Jesus Cristo (cf. Fl 2,5) que se irmanou com os trabalhadores na carpintaria de Nazaré e, diante da multidão, sentiu compaixão pelo abandono em que o povo se encontrava (cf. Mt 9,36).

O Brasil atravessa uma profunda crise econômica e social, marcada por taxas recordes de desemprego e subemprego. São mais de 25 milhões de pessoas no mercado de trabalho informal, ou até em atividades ilegais. Segundo os últimos dados do IBGE, nas seis maiores regiões metropolitanas do País, a taxa de desemprego atingiu o patamar de 13%. O salário mínimo vigente sofre uma perda acelerada do poder de compra e cada vez menos atende às necessidades básicas da família. Segundo dados recentes da Fundação Getú-

lio Vargas, uma terça parte dos brasileiros vive com, apenas, até R$ 79,00 mensais.

Vivemos numa situação de agravamento crescente das desigualdades sociais, com ameaças constantes de rompimento do tecido social. Não nos podemos acostumar com a dura realidade, que faz de nosso País um campeão da má distribuição de terra, renda e riqueza. Há quase quarenta anos, o Concílio Ecumênico Vaticano II constatava que, "enquanto uma enorme multidão tem falta ainda de coisas absolutamente necessárias, alguns, mesmo em regiões menos desenvolvidas, vivem na opulência ou desperdiçam os bens. O luxo e a miséria existem simultaneamente" (*Gaudium et spes*, n. 63). Enquanto essa desigualdade perdurar, não haverá uma ordem justa e adequada a um desenvolvimento equilibrado do País.

Essa desordem estrutural tem papel decisivo no recrudescimento da violência urbana e rural, cuja repercussão ocupa espaço significativo nos meios de comunicação. Como nos calar diante de verdadeira batalha civil, que expõe as famílias a todo tipo de violência, gerando um clima de ameaça e medo no convívio humano?

A superação desse quadro requer uma política econômica que vise, em primeiro lugar, à promoção do trabalho e à inclusão social. Os recursos públicos

devem destinar-se não apenas ao pagamento dos juros da dívida pública interna e externa, mas a investimentos geradores de emprego, na cidade e no campo, e iniciativas que atendam à exigência constitucional de erradicação da pobreza em nosso País. Como exemplos, podemos citar: reforma agrária e política agrícola, saneamento e reforma urbana, incentivo às experiências alternativas de trabalho e renda (pequenas e microempresas, pequenas cooperativas), estímulo à agricultura familiar, às organizações dos trabalhadores, à educação e especialmente ao ensino profissionalizante que qualifica os jovens para o mercado de trabalho. Os credores podem esperar, mas os desempregados, não.

Na grande questão da terra, destacamos:

a) A urgente implementação do Plano Nacional de Reforma Agrária para criação de empregos e produção de alimentos. O não-cumprimento de suas metas tem gerado apreensão por parte dos trabalhadores e acirrado os conflitos no campo.
b) A demarcação e homologação das terras indígenas e remanescentes de quilombos e a justa regulamentação do uso do subsolo nas mesmas áreas. Seja priorizada a homologação, em área contínua, da terra indígena *Raposa Serra do Sol*, no Estado de Roraima, conforme Portaria 820/98.

Como pastores, fiéis à missão precípua de anunciar a Boa-Nova de Jesus, não somos portadores de soluções concretas para todos os problemas que afligem nossas irmãs e irmãos trabalhadores, mas devemos fazer com que toda a realidade seja banhada pela luz do Evangelho.

Somos solidários com os trabalhadores e as trabalhadoras, os povos indígenas, os afro-descendentes, os sem-terra, os sem-teto, os desempregados e os reduzidos ao trabalho escravo. Queremos ajudá-los a carregar sua cruz, na esperança da superação da dor e do sofrimento, numa convivência justa e fraterna, rumo à vitória da Ressurreição.

A Virgem Mãe, trabalhadora doméstica, e são José, o carpinteiro, intercedam e roguem a Deus por todos aqueles e aquelas que, com seu trabalho, ajudam a construir um Brasil soberano e melhor para todos.

Itaici, Indaiatuba-SP, 29 de abril de 2004

RESGATAR A DIGNIDADE DA POLÍTICA — DECLARAÇÃO SOBRE A CRISE POLÍTICA DO BRASIL

Nós, Bispos da Igreja Católica no Brasil, reunidos na 43ª Assembléia Geral da CNBB, de 9 a 17 de agosto de 2005, em Itaici, Indaiatuba-SP, nos preocupamos com a situação do País. Diante das reiteradas denúncias de corrupção nas diferentes instâncias do Poder Público, e face à indignação que elas levantam, conclamamos o povo brasileiro a recuperar a esperança, concretizando-a em compromissos de participação política.

A atual crise está levando o povo ao descrédito da ação política, em contraste com as expectativas de mudanças que haviam sido suscitadas nos últimos anos. É indispensável, por isso, renovar a convicção de que a política é uma forma sublime de praticar a caridade, quando colocada ao serviço da justiça e do bem comum.

O uso de fontes escusas para o financiamento de campanhas eleitorais, o desvio de recursos públicos, a manipulação de empresas estatais em benefício de partidos e tantas outras denúncias de corrupção que

vêm acontecendo de longa data, e que nos últimos dias emergiram de forma escandalosa, provocam, em todos nós, a indignação ética.

É preciso buscar as raízes históricas da perversa cultura de corrupção implantada no País. Ela se nutre da impunidade, acobertada pela conivência, que se torna cumplicidade, incentivada por corporativismos históricos, habituados a usar em benefício de interesses particulares as estruturas do poder público.

A indignação ética, que nasce da consciência da violação de valores fundamentais, resulta estéril caso não leve a um maior comprometimento pessoal com ações concretas, em favor do aprimoramento da ordem política. É indispensável contribuir para uma maior participação popular nas decisões sobre os rumos do nosso País, fortalecendo a prática da democracia, sem omitir-nos ou desistir.

Para que esse compromisso ético com o Brasil seja efetivo, é preciso ter presente a corrupção pessoal e a estrutural.

A corrupção pessoal deve ser investigada, punida inclusive com devolução dos recursos desviados, e também prevenida por meio de maior transparência na administração dos bens públicos. Sua erradicação requer um esforço de conversão pessoal e uma sólida consciência moral, cultivada por uma educação permanente para a cidadania, para a renovação do tecido social da Nação.

A corrupção estrutural convive com o atual sistema político-eleitoral brasileiro, e vem associada à estrutura econômica que acentua e legitima as desigualdades. É urgente uma radical reforma deste sistema.

Este é o clamor mais evidente que emerge em meio a esta crise. Não se pode desperdiçar este momento para realizar uma profunda reforma política, como oportunidade de assegurar a fidelidade partidária; aprimorar os institutos da democracia representativa e favorecer os institutos da democracia direta, participativa e deliberativa, por meio de referendos, plebiscitos e conselhos, em todos os níveis de decisão, conforme o Art. 14 da Constituição Federal. Urge assegurar a lisura nas campanhas eleitorais pela aplicação mais rápida e severa da Lei 9.840 contra a corrupção eleitoral.

Apoiamos e incentivamos todo o trabalho de averiguação criteriosa dos fatos, quando fundamentada no direito e no respeito à dignidade da pessoa, levada adiante pela Polícia Federal, pelo Ministério Público, pela Controladoria Geral da União, e pelas diversas Comissões Parlamentares de Inquérito.

Reconhecemos a importância da imprensa para divulgar os fatos e colocá-los à disposição da cidadania, para aprimoramento da consciência política dos cidadãos. É importante, no entanto, manter o discerni-

mento, a busca incansável da verdade, sem hipocrisias e sem pré-julgamentos, para formarmos uma opinião pública esclarecida e operante.

Em sintonia com o povo, devemos ter a lucidez e o senso crítico de não somente enxergar a corrupção na administração dos recursos públicos, mas perceber igualmente o grande mal do nosso País, que é sua enorme desigualdade social. Essa desigualdade é mantida e acentuada por uma política econômica que aumenta a concentração de renda e da riqueza, mediante mecanismos que privilegiam o capital financeiro e frustram políticas públicas mais eficazes e abrangentes.

Os pobres são as maiores vítimas da crise. Ninguém pode roubar-lhes a esperança de justiça e de condições dignas de vida.

A experiência de participação popular na política — por meio de movimentos sociais, sindicatos, pastorais sociais e partidos políticos — é uma conquista e um patrimônio histórico do povo brasileiro, que não podem ser perdidos pela ação nefasta de políticos que buscam o poder e vantagens pessoais a qualquer custo.

Associamo-nos, portanto, aos governantes e ao povo brasileiro, para fazer desta crise um momento de purificação política e de maior comprometimento na ação concreta pela construção de um Brasil justo, solidário, democrático e respeitoso da vida e da ecologia.

Reafirmamos nossa confiança no povo brasileiro, cuja cultura, apesar de alguns aspectos ambíguos, guarda valores de grande significação ética, como a solidariedade, a cordialidade e o senso de justiça. O povo já deu, ao longo da história, muitas provas de energia e capacidade de superar crises. Alicerçados nos valores do Evangelho, proclamamos com todo vigor: não vamos desistir do projeto de construir uma Nação justa, pacífica e democrática.

A Palavra de Deus nos conforta e sempre nos assegura que "A verdade vos libertará" (Jo 8,32). Nos momentos difíceis, a graça de Deus se manifesta mais. Podemos contar com sua ajuda. Apostamos nas convicções éticas e cristãs do povo brasileiro, capazes de reanimar a todos, na superação dos impasses que a crise atual nos apresenta.

Reanimando-nos mutuamente, vamos todos nos unir ao mutirão por um novo Brasil, conforme a convocação da 4ª Semana Social Brasileira, que neste momento queremos encorajar, "dando as razões da nossa esperança" (1Pd 3,15)

Que Deus nos ajude e proteja por intercessão de Nossa Senhora Aparecida.

Itaici, Indaiatuba-SP, 12 de agosto de 2005

DIGA SIM À VIDA — NOTA A RESPEITO DO REFERENDO SOBRE A PROIBIÇÃO DO COMÉRCIO DE ARMAS DE FOGO E MUNIÇÃO

Notícias de violência e morte invadem diariamente nossos lares através dos meios de comunicação social. O porte e o uso indiscriminado de armas de fogo transformam, muitas vezes, conflitos banais em tragédias. Conforme dados disponíveis, em um ano (2002), foram mortas 38 mil pessoas, em média 104 por dia. A cada 14 minutos é ceifada uma vida. O Brasil é o país com o maior índice de assassinatos por armas de fogo.

Muitos pensam que a posse de uma arma é garantia de segurança e proteção. As estatísticas, porém, mostram que, numa situação de assalto, pessoas que usam armas de fogo têm maior probabilidade de serem assassinadas.

Jesus proclama "Bem-aventurados os que promovem a paz, porque serão chamados filhos de Deus" (Mt 5,9). Ele mesmo não se defendeu ao ser preso e condenado à morte, mas disse a Pedro: "Guarda a espada na bainha! Pois todos que usam a espada pela espada morrerão" (Mt 26,52). Os cristãos, imitando

o seu Senhor, buscam a paz desarmando a mente, o coração e as mãos.

A Campanha da Fraternidade Ecumênica de 2005, com o tema *Solidariedade e Paz*, incentivou as Igrejas no Brasil a se unirem na oração e na promoção da cultura de paz.

Um gesto concreto sugerido pela Campanha é a participação no Referendo do próximo dia 23 de outubro, quando o povo é convocado a pronunciar-se sobre *a proibição do comércio de armas de fogo e munição em todo o território nacional*.

Com o Referendo, somos chamados a contribuir ativamente na consolidação das instituições democráticas. Será uma ocasião histórica para o exercício da soberania popular através do voto.

Como bispos da Igreja Católica e cidadãos, posicionamo-nos a favor da proibição do comércio de armas de fogo e munição. Conclamamos os cristãos e todas as pessoas de boa vontade a votar SIM neste Referendo.

Proibir o comércio e o uso de armas é um passo decisivo, mas não suficiente. Somos contrários a todo e qualquer tipo de violência. Além da melhoria da Segurança Pública, é indispensável educar para a paz e a defesa da vida, através de práticas de não-violência ativa.

Itaici, Indaiatuba-SP, 15 de agosto de 2005

DECLARAÇÃO SOBRE EXIGÊNCIAS ÉTICAS EM DEFESA DA VIDA

Deus é o Senhor da vida. O mandamento "Não matarás!" (Ex 20,13) é revelação da vontade divina e expressão de uma lei inscrita na própria natureza humana. A Igreja Católica, consciente de sua missão evangelizadora, jamais poderá abrir mão do empenho de valorizar, promover e defender a vida humana. O direito à vida precede quaisquer outros direitos.

O caráter sagrado da vida é reconhecido em todas as culturas. De modo particular, nós, cristãos, assim compreendemos, ainda mais que a encarnação do Verbo, Cristo Jesus, selou para o ser humano uma dignidade superior ao se fazer um de nós (cf. Jo 1,14) e ao declarar: "Eu vim para que todos tenham vida e a tenham em abundância" (Jo 10,10).

Firmamos nossa posição com o saudoso Papa João Paulo II, que sempre defendeu a vida e a dignidade da pessoa humana em qualquer fase ou condição em que se encontre; a pessoa humana como medida central de toda a ciência; os mais fracos e desprotegidos como opção preferencial da Igreja; o juízo ético como referencial para a pesquisa científica. A vida humana

é sempre um dom gratuito para quem a possui, e cada pessoa é um dom valioso para a humanidade, não obstante a variedade das suas condições sociais, de idade ou de saúde.

Embora de fundamental importância, a ciência não pode ser considerada a única forma válida de saber, nem detém as respostas para todos os anseios da humanidade. A Igreja tem procurado um *diálogo convergente* com cientistas, pesquisadores, médicos, juristas, legisladores e formadores de opinião pública, a fim de articular todos os conhecimentos referentes à defesa da vida humana, nos campos da biotecnologia, da ecologia e da inclusão social.

A Igreja Católica, segundo o censo de 2000, é o grupo religioso mais numeroso do povo brasileiro. É inadmissível que, numa sociedade pluralista como a nossa, ela seja cerceada no seu direito de participar dos debates, comissões e outros mecanismos usados pelos Poderes Públicos para consulta à população, sobretudo em temas que afetam a vida e a dignidade da pessoa humana.

Quando os Poderes Públicos, com quem a Igreja deseja contribuir, estão limitados por visões reducionistas da dignidade humana e da ética, o homem e a mulher passam a ser considerados como simples objetos de interesses políticos e econômicos e não um fim em si mesmos.

Causa-nos repúdio e inquietude uma série de iniciativas do Executivo (distribuição maciça de preservativos, além de produtos abortivos como o DIU e as chamadas "pílulas do dia seguinte"); de decisões do Judiciário (como foi o caso da cautelar concedida na Argüição de Descumprimento de Preceito Fundamental – ADPF 54, no Supremo Tribunal Federal, permitindo o aborto de fetos portadores de anencefalia) e de projetos do Legislativo tais como a Lei de Biossegurança, já aprovada, que permite a utilização de embriões para a pesquisa com células-tronco, e várias tentativas de revisão da legislação punitiva sobre o aborto, propondo a sua descriminalização e ampliando os prazos e condições para sua prática.

Nós, Bispos da Igreja Católica no Brasil, em virtude da nossa responsabilidade na formação ética e moral do nosso povo, vimos manifestar publicamente nossa discordância com essas posições dos Poderes Públicos e também das ideologias, *lobbies* e eventual manipulação de estatísticas que desviam a própria ciência da verdade integral sobre o ser humano.

"O desenvolvimento é o novo nome da paz" (Paulo VI). Fazemos votos de que a pesquisa científica voltada para o bem comum e guiada por princípios éticos seja incentivada em nosso País. Para tanto, podemos contribuir diretamente, através das universidades e outras instituições ligadas à Igreja Católica.

Todos os que têm uma responsabilidade política e, de modo especial o Estado, à luz da ética e obedecendo à Constituição Brasileira, empenhem-se para que todos os brasileiros, desde a sua concepção até a sua morte natural, tenham os meios necessários para uma vida digna, saúde, trabalho, moradia, segurança e, principalmente, todo o respeito que merecem.

Reivindicamos dos Poderes Constituídos em todos os níveis que recusem quaisquer projetos que atentem contra a dignidade da vida humana e da família, particularmente no que diz respeito à descriminalização ou legalização do aborto e da eutanásia.

Recordamos a carta do Sr. Presidente da República ao Presidente da CNBB e a nós, Bispos reunidos em Assembléia, na qual reafirma sua "posição em defesa da vida em todos os seus aspectos e em todo o seu alcance" e assume o compromisso de que seu Governo "não tomará nenhuma iniciativa que contradiga os princípios cristãos". Conseqüentemente, confiamos que tais propósitos sejam traduzidos em gestos concretos, inclusive quando isso exigir o exercício de seu poder de veto, seja de projetos de lei, seja de destinação de recursos financeiros.

Pedimos ao Congresso Nacional que reveja a referida Lei de Biossegurança. Apoiamos a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN), contra essa

Lei, protocolada pela Procuradoria Geral da República junto ao Supremo Tribunal Federal.

Exigimos respeito pelos médicos, enfermeiros, cientistas, legisladores e aqueles que em nível pessoal e organizado exercem seu direito à objeção de consciência, recusando-se a colaborar com leis contrárias à vida. Eles merecem nosso louvor.

Conclamamos nossas Paróquias e Comunidades a refletirem, em profundidade, através de cursos, encontros e seminários sobre temas de bioética, e a se manifestarem, sempre que necessário, sobre o valor da vida em todas as suas dimensões. Para isso, o Documento intitulado "Evangelização e Missão Profética da Igreja. Novos desafios", aprovado nesta 43ª Assembléia Geral da CNBB, bem como outros Documentos do Magistério da Igreja, oferecem subsídios preciosos.

Para que nossas reflexões levem a um compromisso concreto em favor da vida, propomo-nos a:

a) celebrar, anualmente, o *Dia do Nascituro*, aos 8 de outubro, com a *Semana de Defesa e Promoção da Vida*, enriquecida por uma intensa e criativa atividade, que inclua debates, reflexões e propostas concretas de ações em defesa da vida desde a concepção até a morte natural;

b) fortalecer a Pastoral Familiar e as Pastorais Sociais, em particular a Pastoral da Criança, e criá-las onde não existam, para um efetivo acolhimento e acompanhamento de gestantes e crianças e apoio a mães e famílias em dificuldades ou situação de risco;
c) sensibilizar as famílias para o apadrinhamento a distância, com visitas periódicas, mantendo a criança com sua família biológica. Conforme a necessidade, estimular para a adoção efetiva, especialmente de crianças abandonadas, ou que morem em orfanatos e similares;
d) constituir, onde ainda não houver, Comissões Diocesanas de Defesa da Vida e incentivar a participação de leigos nos Conselhos de Saúde e outros Conselhos de Direitos;
e) mobilizar as famílias e comunidades para que estimulem os vereadores, deputados e senadores de sua base eleitoral a que defendam e promovam a vida e a família.

Que o Deus Uno e Trino, Senhor da Vida, por intercessão da Imaculada Conceição Aparecida, Mãe de Deus e nossa Mãe, abençoe o povo brasileiro, particularmente neste momento difícil de sua história, e nos proteja em nossa luta pela vida.

Itaici, Indaiatuba-SP, 16 de agosto de 2005

ORIENTAÇÕES SOBRE CONTRIBUIÇÕES DOS FIÉIS PARA INSTITUIÇÕES E INICIATIVAS ECLESIÁSTICAS

Introdução

A Igreja Católica pode possuir bens temporais para a consecução dos fins que lhe são próprios, a saber: ordenar o culto divino, prover à honesta sustentação do clero e dos demais ministros, exercer obras de evangelização e de caridade, especialmente em favor dos necessitados (cf. cân. 222 e cân. 1254).

A legislação do Código de Direito Canônico sobre os bens temporais deu uma concreta aplicação às orientações conciliares, inserindo os bens temporais no contexto da "comunhão eclesial" e da "missão religiosa", imprimindo nos recursos necessários às atividades da Igreja e à sua organização e desenvolvimento, um autêntico espírito de pobreza e caridade evangélica (cf. cân. 1254-1310).

Os ministros ordenados e todos os evangelizadores sejam formados para uma vida simples, fomentando a partilha e a comunhão de bens dentro da própria

Igreja e na sociedade, com transparência e testemunho de pobreza evangélica.

"Os fiéis têm a obrigação de prover às necessidades da Igreja, de forma que ela possa dispor do necessário para o culto divino, para as obras de apostolado e da caridade, e para a honesta sustentação dos seus ministros" (cân. 222, § 1, cân. 1261).

Os fiéis cumprem essa sua obrigação através do dízimo, das coletas, das ofertas espontâneas (doações), das ofertas por ocasião dos serviços pastorais e das doações solicitadas (campanhas).

Oferta do dízimo

Na linha pastoral da comunhão e participação, as comunidades eclesiais, paróquias e dioceses, seguindo o exemplo das primeiras comunidades (cf. At 4,32-37), são convidadas a se manterem pela prática da partilha dos bens.

O dízimo deve ser compreendido como partilha, fruto da generosidade, colocado a serviço da própria comunidade eclesial local. É diferenciado de outras ofertas ou coletas.

Muitas dioceses, impulsionadas pelo texto de reflexões sobre a Pastoral do Dízimo, publicado pela CNBB em 1975 (Estudos da CNBB, n. 8), válido ainda

hoje, vêm tentando institucionalizar a oferta do dízimo, como um modo de partilha, com fundamentos bíblicos (cf. Gn 14,20; Hb 7,2.5.9; Lc 18,12 e Ml 3,6-12) e teológicos, como gesto de fé e gratidão a Deus, retribuindo a ele uma parte do que dele recebeu, repartindo com a Igreja e os irmãos os frutos do próprio trabalho.

Coletas

A Igreja tem o direito originário de receber dos fiéis o que é necessário para seus fins próprios (cf. cân. 1260).

Cabe à Província Eclesiástica estabelecer normas sobre a modalidade da contribuição dos fiéis para socorrer às necessidades da Igreja (cf. cân. 1262).

Para prover às necessidades do seminário, além do pedido de doações referido no cân. 1266, o Bispo diocesano pode estabelecer uma taxa na diocese (cf. cân. 264, § 1). Estão sujeitas a esse tributo todas as pessoas jurídicas eclesiásticas, mesmo privadas, que tenham sede na diocese (cân. 264, § 2).

"O Bispo diocesano, após ouvir o conselho econômico e o conselho presbiteral, tem o direito de estabelecer às pessoas jurídicas públicas sujeitas a seu regime um tributo moderado, proporcionado às rendas de cada uma, em favor das necessidades da diocese;

às outras pessoas físicas e jurídicas ele somente pode estabelecer uma contribuição extraordinária e moderada, em caso de grave necessidade e sob as mesmas condições, salvas as leis e costumes particulares que lhe confiram maiores direitos" (cân. 1263).

"Em todas as igrejas e oratórios, mesmo pertencentes a Institutos Religiosos, abertos habitualmente aos fiéis, o Ordinário local pode ordenar alguma coleta especial para determinadas iniciativas paroquiais, diocesanas, nacionais ou universais, a ser enviada solicitamente à cúria diocesana" (cân. 1266).

São obrigatórias as seguintes coletas para as necessidades universais da Igreja: Lugares Santos (sexta-feira santa), Óbolo de são Pedro (domingo entre 28 de junho e 4 de julho) e Missões (penúltimo domingo de outubro).

A CNBB também estabeleceu, como obrigatórias em todo o Brasil, as coletas nacionais: da Campanha para a Evangelização e da Campanha da Fraternidade.

Ofertas e doações espontâneas

As doações revelam solidariedade do doador e manifestam sua generosidade. Doar é um ato livre.

Os fiéis têm a liberdade de contribuir com seus bens temporais em favor da Igreja (cf. cân. 1261, § 1).

O Bispo diocesano tem o dever de advertir os fiéis sobre a obrigação referida no cân. 222, § 1, e de urgir, de modo oportuno, o cumprimento desse dever (cf. cân. 1261, § 2).

Se não constar explicitamente o contrário, as ofertas feitas aos superiores ou administradores de qualquer pessoa jurídica eclesiástica, mesmo privada, presumem-se feitas à própria pessoa jurídica. Tais ofertas não podem ser recusadas, a não ser por justa causa (cf. cân. 1267).

As ofertas espontâneas feitas pelos fiéis para determinado fim só podem ser destinadas para esse fim (cf. cân. 1267, § 3).

Ofertas por ocasião dos serviços pastorais

Salvo determinação contrária do Direito, compete aos Bispos da Província Eclesiástica:

a) estabelecer as taxas a serem aprovadas pela própria Sé Apostólica para os atos do poder executivo gracioso, ou para a execução dos rescritos da Sé Apostólica;
b) determinar as ofertas por ocasião da administração dos sacramentos e sacramentais.

Embora o Direito fale da possibilidade de taxas, privilegie-se a Pastoral do Dízimo ou partilha,

fomentando-se a participação responsável dos fiéis (cf. Legislação Complementar da CNBB ao cân. 1262).

Ofertas solicitadas (campanhas) em âmbito diocesano

Para as campanhas ou coletas em âmbito diocesano, feitas por pessoa privada, física ou jurídica, é necessária a licença escrita do Ordinário próprio e do Ordinário do lugar, quer a oferta se destine para o benefício de qualquer Instituto ou fim pios, ou eclesiástico (cf. cân. 1265, § 1).

As pessoas jurídicas públicas, como a paróquia, não necessitam de tal licença para realizar campanhas no âmbito da sua competência.

Fica a salvo o direito de pedir esmola, que pertence aos religiosos mendicantes (cf. cân. 1265, § 1).

Ofertas solicitadas (campanhas) em âmbito nacional

Em atenção aos cânones 1262 e 1265, § 2, a CNBB apresenta as seguintes orientações:

a) seja mencionado e fique claro que as doações espontâneas ou solicitadas para fins gerais não dispensam o fiel da obrigação de contribuir

prioritariamente com o dízimo e outras doações para com sua própria comunidade local, paroquial e diocesana, à qual pertence;

b) os fiéis sejam alertados e conscientizados sobre a prioridade das ofertas para prover às necessidades universais da Igreja e da CNBB (Campanha da Fraternidade, Lugares Santos, Óbolo de São Pedro, Missões, Campanha para a Evangelização) e das coletas ou taxas determinadas pelo Ordinário diocesano;

c) as instituições eclesiais, mesmo com título e estatuto de sociedade civil, bem como os meios de comunicação social, ligados à Igreja Católica, que promovem campanhas para ofertas solicitadas, em âmbito nacional, ajudem com afinco a promoção das coletas e campanhas estabelecidas pela Sé Apostólica e a CNBB.

Itaici, Indaiatuba-SP, 16 de agosto de 2005

NOTA SOBRE
OS RECENTES ATOS DE VIOLÊNCIA
NO ESTADO DE SÃO PAULO

Reunidos na 44ª Assembléia Geral da CNBB, nós, Bispos católicos do Brasil, manifestamos nosso veemente repúdio aos brutais e estarrecedores atos de violência planejados e praticados pelo crime organizado. Tais ataques, ocorridos desde a noite de sexta-feira, dia 12 de maio, no Estado de São Paulo, resultaram na morte de policiais militares, policiais civis, agentes penitenciários e outras pessoas.

A CNBB expressa profundo pesar e solidariedade às famílias dos mortos, neste momento de grande dor e perda irreparável. Nenhum motivo justifica essas atrocidades, que deixam a população amedrontada e ainda mais desprovida da segurança a que tem direito.

Apoiamos a ação firme e sem violência, por parte das autoridades, no sentido de se proceder à imediata investigação dos fatos e punição dos culpados.

Somos conscientes, no entanto, do quanto o sistema judicial, penal e penitenciário carece de providências e reformas profundas em âmbito nacional.

A Igreja sente a missão de continuar colaborando com o Poder Público e outras entidades da sociedade, para uma adequada administração da justiça. Renova o compromisso de marcar presença humanitária e evangelizadora nos presídios, junto aos presos e funcionários, especialmente por meio dos agentes da Pastoral Carcerária.

Permanecemos em oração pelas vítimas, familiares e pelas autoridades responsáveis do Governo e das Polícias, para que possam, com segurança e sabedoria, enfrentar este momento crítico e delicado. Rogamos também pelos que insistem em optar por métodos violentos a fim de que mudem definitivamente seu modo de agir. Confiantes em Deus, unamos esforços para a construção de uma sociedade que viva na justiça, na concórdia e na paz.

Itaici, Indaiatuba-SP, 14 de maio de 2006

DECLARAÇÃO SOBRE O MOMENTO ELEITORAL POR OCASIÃO DA 44ª ASSEMBLÉIA GERAL

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) publicou recentemente o documento *Eleições 2006*. Nele oferece propostas para um projeto de Nação e para a escolha de candidatos(as), baseada em pressupostos éticos. Insiste nos ensinamentos da Doutrina Social da Igreja, cujo fundamento é a dignidade da pessoa humana, que norteia a perspectiva de uma sociedade alicerçada na justiça. Enfatiza a dignidade da política como forma sublime do exercício da caridade e como prática da ética pública que não suporta a corrupção endêmica existente no País.

A ética pública diz respeito não só à superação da corrupção mas, de modo especial, à configuração das relações sociais segundo os princípios da justiça, com oportunidades de vida para todos, especialmente para os pobres.

As complexas questões nacionais não serão resolvidas só com as eleições para preencher cargos previstos na Constituição. Estamos, não obstante, diante de um grande apelo ao depositar na urna o compromisso

com o Brasil: eleger candidatos idôneos, capazes de orientar o País para novos caminhos, em resposta às necessidades do povo. O sujeito político é a sociedade, que é chamada a atuar eficazmente na política.

Entre as propostas para o Projeto de Nação destacamos: democratizar o Estado e ampliar a participação popular; rever o modelo econômico e o processo de mercantilização da vida; ampliar as oportunidades de trabalho; fortalecer exigências éticas em defesa da vida; reforçar a soberania da nação; democratizar o acesso à terra e ao solo urbano; proteger o meio ambiente e a Amazônia.

As próximas eleições exigem que os Partidos apresentem candidatos competentes e honestos que defendam a dignidade da vida desde a concepção até a morte natural, recusando projetos que visem legitimar o aborto e a eutanásia. Vote na vida e não na morte!

O atual momento brasileiro pede aos eleitores sério discernimento sobre o perfil ético e a competência dos candidatos a serem eleitos. Atenção aos candidatos cujas plataformas camuflam interesses particulares, desconsiderando o bem comum! Atenção aos candidatos oportunistas que utilizam as siglas de seus partidos para ganhar eleições! Esses candidatos não têm escrúpulos em reproduzir o esquema da corrupção eleitoral. É necessário desconfiar de candidatos

sustentados por campanhas financeiras vultosas que facilitam a compra de votos.

A Lei 9.840 é uma grande ajuda para sairmos do tradicional círculo vicioso da corrupção. Os Comitês locais devem estimular as comunidades a trabalhar de forma organizada e sempre avaliada. As 388 cassações (no Executivo e no Legislativo) já realizadas, a partir da Lei da Moralidade Eleitoral, mostram sua eficiência.

Urge uma reforma política capaz de proporcionar uma estrutura de maior participação popular nas eleições, que controle o poder econômico e bloqueie a corrupção eleitoral.

O grande desafio é alentar a esperança do nosso povo que manifesta desencanto e decepção com a vida política diante dos escândalos largamente divulgados. O desinteresse em participar da construção do Brasil poderá ter sérias conseqüências para o futuro. Confiantes nas potencialidades do nosso País, fazemos o premente convite: *vote conscientemente e não anule seu voto!* As eleições são uma esperança para a construção de um Brasil melhor. Devemos conhecer candidatos idôneos, com propostas sérias, que mereçam nosso voto.

Estamos conscientes de que o voto-cidadão, com participação popular, é uma das melhores formas de promover políticas públicas a serviço do bem comum.

Somos convocados a uma ação política iluminada pela convicção de que o voto é de responsabilidade pessoal de cada eleitor — diante de sua consciência, da sociedade e de Deus —, lembrando-nos de que o *voto não tem preço, tem conseqüências.*

As campanhas eleitorais podem contribuir com a construção de um novo modelo de sociedade mediante os debates entre candidatos e eleitores, ajudando a implementar uma cultura política mais solidária para o Brasil.

Muitos desafios envolvem eleitores e candidatos. A desigualdade e a exclusão social, de longa data, constituem o desafio maior. O desemprego continua uma chaga aberta, e os trabalhadores sentem-se ameaçados de perder seu trabalho. A violência e o crime organizado crescem. A reforma agrária e a reforma urbana, tão urgentes e inadiáveis, são proteladas.

As causas desses problemas são sobretudo a adoção de iníquas políticas neoliberais que o Papa João Paulo II classificou como "um sistema apoiado numa concepção economicista do homem" (*Ecclesia in America*, n. 56). O crescimento econômico só tem consistência se vier acompanhado por uma conseqüente distribuição da riqueza por ele produzida.

O Papa Bento XVI, na sua encíclica sobre o amor cristão, nos oferece motivações importantes

para a ação política: “O dever imediato de trabalhar por uma ordem justa na sociedade é própria dos fiéis leigos. Estes, como cidadãos do Estado, são chamados a participar pessoalmente na vida pública, assumindo funções legislativas e administrativas que se destinam a promover orgânica e institucionalmente o bem comum” (*Deus Caritas est*, n. 29).

Deus Pai, por intercessão de Nossa Senhora Aparecida, abençoe o Brasil!

Itaici, Indaiatuba-SP, 16 de maio de 2006

MENSAGEM ÀS JOVENS E AOS JOVENS DO BRASIL, A TODOS OS QUE CRÊEM EM CRISTO E QUE PROCURAM A VERDADE, A JUSTIÇA E A PAZ

Nós, Bispos, reunidos por ocasião da 44ª Assembléia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), enviamos um cordial abraço a todos vocês, jovens. O tema central de nossa Assembléia, "Evangelização da Juventude", quer ser mais um gesto de atenção amiga e de compromisso efetivo com todos vocês.

O encontro com Jesus Cristo, amigo fiel e companheiro de jornada, faz experimentar a beleza e a alegria da fé. Ele chama cada um de nós e quer uma resposta generosa. Crer em Jesus é aceitar sua Palavra e vivê-la no dia-a-dia. Jovem que se deixa cativar pelo Senhor descobre a verdadeira felicidade de sua vida e, por isso, dá testemunho da sua fé e esperança e contagia outros jovens na luta por um mundo justo, fraterno e solidário, do jeito que Deus quer para seus filhos e suas filhas. O amor apaixonado pelo Senhor e por seu Reino empolga e faz vocês consagrarem a vida à causa do Evangelho, até alcançarmos juntos a

meta: que "toda língua confesse que Jesus Cristo é o Senhor, para a glória de Deus Pai" (Fl 2,11).

Vocês estão no coração da Igreja, dando-lhe um rosto jovial. Sua presença, seu jeito, seu dinamismo missionário muito contribuem para uma Igreja mais dinâmica e profética. Em Puebla, ela fez a "opção pelos jovens". A CNBB incentiva fortemente a evangelização da juventude. Na 44ª Assembléia damos um passo no processo de elaboração de um projeto de evangelização mais abrangente. Vocês são chamados a ser discípulos e missionários de Jesus Cristo, protagonistas da defesa da vida, desde a sua concepção até o seu término natural, e da construção de uma sociedade de paz, fruto da justiça e do amor.

O testemunho, a mensagem e o carinho do Papa Bento XVI e de seu antecessor João Paulo II por vocês e a realização das Jornadas Mundiais da Juventude nos incentivam a um cuidado ainda maior pela juventude.

Convocamos toda a Igreja no Brasil a renovar sua opção pelos jovens e a dar o melhor de si no empenho pela sua evangelização, através da escuta, compreensão, amizade e da orientação. Pelo Projeto de Evangelização "Queremos Ver Jesus — Caminho, Verdade e Vida", vamos, juntos, promover a dignidade da pessoa humana, formar comunidades vivas e colaborar na construção de uma sociedade solidária.

Sentimo-nos alegres por encontrá-los nas missas dominicais, nas demais celebrações litúrgicas, especialmente no sacramento da crisma, nos serviços eclesiais, na catequese, nos grupos de jovens, nos movimentos eclesiais, nas associações laicais, nas pastorais da juventude, nos seminários diocesanos e nas casas de formação de religiosos e de religiosas, nas escolas e nas universidades, no trabalho e no lazer. Estamos conscientes de que precisamos aprimorar ainda mais esses encontros para que se tornem oportunidade de evangelização. Contamos com vocês para continuarmos indo ao encontro dos que estão afastados da Igreja.

Queremos estar ao lado de vocês na família, que é Igreja doméstica e comunidade de vida e de amor, como também na busca do sentido da vida, da liberdade, da felicidade, do verdadeiro amor, do afeto e da ternura, valores fundamentais que precisam ser cultivados. A solidão, o vazio, a exclusão social, o subemprego e o desemprego podem levar à alienação, à violência, às drogas, à decepção com os adultos e à baixa auto-estima. Muitos jovens são vítimas da sociedade consumista. Outros, forçados a sair da própria terra, aumentam o êxodo rural, o inchaço das periferias, a prostituição, a delinqüência, enfim, a superlotação das prisões. Essa situação é desumana, fruto do pecado, e precisa ser mudada.

Apelamos aos padres, aos pais, aos religiosos, às religiosas e às lideranças leigas de nossas comunidades para que colaborem com vocês na participação da vida da Igreja e nos diversos setores da sociedade. A Igreja lhes oferece formação e acompanhamento para que tenham uma visão crítica da realidade e não se tornem "massa de manobra" de ninguém. A experiência tem demonstrado que o jovem deve ser o primeiro apóstolo dos jovens. Convocamos a todos para um grande mutirão evangelizador em nossa terra através das missões jovens.

As Escolas de Fé e Política, os grupos de reflexão, as comunidades eclesiais de base, as pastorais, os movimentos sociais e os diversos movimentos eclesiais, inspirados na Doutrina Social da Igreja, são meios concretos de que dispomos para a formação e atuação dos católicos e, de modo especial, dos jovens, nas instâncias políticas, sociais, econômicas e culturais. Neste ano eleitoral, temos um grande espaço para participar e contribuir na reconstrução ética, política e econômica do Brasil pelo voto consciente, instrumento do exercício da cidadania e confirmação da democracia.

Jovens, nós os convocamos, em nome de Jesus Cristo, a transformar o mundo e a não ter medo de dar sua resposta à vocação batismal, ao matrimônio, ao sacerdócio, à vida consagrada, religiosa e secular, especialmente ao desafio missionário, sendo fermento, sal e luz na família, na Igreja e na sociedade.

Convidamos toda juventude a colocar seus talentos e sua criatividade a serviço de Jesus Cristo e de sua Igreja. Confiamos em vocês para que, juntos, encontremos novos caminhos para o anúncio de Jesus Cristo e para a revitalização de nossa ação evangelizadora. Contamos com a solidariedade de todos. Assim, caminharemos juntos com coragem e esperança.

Agradecemos o amor que demonstram à Igreja através de seu testemunho de vida, doação e alegria. Que todos participem da preparação da V Conferência do Episcopado Latino-Americano e Caribenho, em Aparecida. Recomendamos o Dia Nacional da Juventude (DNJ) e as Jornadas Mundiais, celebradas no Domingo de Ramos, como oportunidade para que vocês façam ouvir sua voz. Colocamos em suas mãos o Documento *Evangelização da Juventude* para que vocês o acolham, conheçam e aperfeiçoem.

Pedimos a Maria, a jovem de Nazaré, Mãe de Jesus e nossa, e às santas e santos jovens a intercessão por vocês e por todos quantos se dedicam, incansável e generosamente, à juventude no Brasil.

Deus abençoe a todos.

Itaici, Indaiatuba-SP, 16 de maio de 2006

II.
CONSELHO PERMANENTE

NOTA PASTORAL SOBRE OS 150 ANOS DA PROCLAMAÇÃO DO DOGMA DA IMACULADA CONCEIÇÃO E OS 100 ANOS DA COROAÇÃO DA IMAGEM DE NOSSA SENHORA APARECIDA COMO PADROEIRA DO BRASIL

1. Os santos são amigos de Deus e, na comunhão dos santos, são também nossos amigos, protetores e intercessores junto a Deus. Maria, chamada Santíssima, intercede pelo povo e vem em socorro dos que a ela recorrem. Uma invocação tão comum entre o povo, numa hora de aflição, é esta: "Valei-me, Nossa Senhora!". Na América Latina, Nossa Senhora de Guadalupe "tornou-se o grande sinal, de rosto materno e misericordioso, da proximidade do Pai e de Cristo, com quem ela nos convida a entrar em comunhão" (*Documento de Puebla*, n. 282). No Brasil, é a Senhora Aparecida, a Imaculada Conceição, invocada com tantos outros ricos títulos, nossa Rainha e Padroeira. Guadalupe, Aparecida e tantos outros centros de culto mariano são também um exemplo de como Maria, a primeira evangelizada, tornou-se evangelizadora, pois, como

em Caná da Galiléia, ela continua dizendo: "Fazei tudo o que ele vos disser" (Jo 2,5). A ela podemos nos dirigir dizendo que "Queremos Ver Jesus – Caminho, Verdade e Vida", lema do Projeto Nacional de Evangelização. Maria, com toda propriedade, é aquela que nos pode mostrar Jesus, pois Jesus é o bendito fruto do seu ventre (cf. Lc 1,42). Com toda a confiança, pois, podemos ter Maria como a patrona desse Projeto de Evangelização tão importante para a Igreja no Brasil, sabendo que o desejo de Maria é que seu Filho seja conhecido por todos e que a mensagem do Evangelho chegue a todos os corações.

2. A Virgem Maria de Nazaré é a mãe do Verbo Encarnado, primeira discípula de Jesus Cristo, membro eminente da Igreja. Ela foi proclamada Mãe da Igreja pelo Papa Paulo VI, aos 21 de novembro de 1964, reconhecendo sua presença ativa e exemplar na vida da Igreja. Ela é peregrina e nossa companheira de caminhada. O Papa João Paulo II, iniciando a sua Carta Apostólica *Tertio Millennio Adveniente*, lembra "as palavras do apóstolo Paulo: 'Ao chegar a plenitude do tempo, Deus enviou o seu Filho, nascido de mulher' (Gl 4,4)". "A plenitude do tempo" continua o Papa, "identifica-se com o mistério da Encarnação do Verbo, Filho consubstancial ao Pai, e com o mistério da Redenção do Mundo. São Paulo sublinha, nessa passagem, que o Filho de Deus nasceu de mulher, nasceu sujeito à Lei, e

veio ao mundo resgatar quantos estavam sujeitos à Lei, para poder receber a adoção de filhos. E acrescenta: 'Porque sois filhos, Deus enviou aos nossos corações o Espírito do seu Filho, que clama: *Abba*, *Pai*' (Rm 8,15)" (n. 1). É importante constatar que o apóstolo ligou o Filho de Deus não somente à história do mundo e da salvação mas também à Mãe desse mesmo Filho. Nesse sentido, Gl 4,4 é a primeira e mais importante afirmação mariológica do Novo Testamento.

3. No Novo Testamento, há indícios de um culto a Maria, sobretudo no Evangelho de Lucas. Esse culto marial aparece, por exemplo, quando uma mulher, do meio da multidão, ergue a voz para proclamar um elogio a Mãe de Jesus: "Felizes as entranhas que te trouxeram e os seios que te amamentaram!". E Jesus, responde: "Felizes, antes, os que ouvem a Palavra de Deus e a observam" (Lc 11,27-28). No contexto do Evangelho de Lucas, o louvor pronunciado pela mulher é, com efeito, repetição do louvor pronunciado inicialmente por Isabel: "Bendita és tu entre as mulheres e bendito é o fruto do teu ventre!" (Lc 1,42).

Além de indícios de um culto marial em gestação, encontra-se no Evangelho de Lucas uma doutrina marial com os seguintes aspectos:

- Maria é a "cheia de graça" (Lc 1,28);
- Maria é a virgem intacta (Lc 1,27-34);

- Maria é a mãe do Messias (Lc 1,31-33);
- Maria é a mãe do Filho de Deus (Lc 1,35b);
- Maria é a desposada com o Espírito Santo (Lc 1,35a);
- Maria é a obediente "serva do Senhor" (Lc 1,38);
- Maria é o exemplo daqueles que crêem ("Mãe dos que crêem") (Lc 1,45);
- Maria é a "Mãe das dores" (Lc 2,35b);
- Maria é a bendita entre todas as mulheres e a proclamada bem-aventurada por todas as gerações (Lc 1,42-48b).

4. A veneração a Maria, que aparece no Novo Testamento, se desenvolve nos primeiros séculos da vida da Igreja, da forma gradativa e sempre crescente, na Liturgia e na devoção do povo cristão. Na história do desenvolvimento do dogma, o culto, os símbolos, a vivência, a experiência, mas sobretudo a fé vivida, precederam as proclamações dogmáticas oficiais, o que significa que o dogma surge da fé viva da Igreja, fundamentada na Escritura e na Tradição. A importância de Maria na vida da Igreja se confirma pelas proclamações dogmáticas que aconteceram no decorrer dos séculos: Maria, Mãe de Deus; Virgindade Perpétua de Maria (Concílio Lateranense); Imaculada Conceição (Pio IX, 8 de dezembro de 1854); Assunção de Maria (Pio XII, 1º de novembro de 1950).

O Concílio Ecumênico Vaticano II confirma a doutrina marial dos concílios e as proclamações dogmáticas. Abre também novas perspectivas. A intenção básica do Concílio foi esclarecer, com empenho, tanto a missão da Bem-Aventurada Virgem no mistério do Verbo Encarnado e do Corpo Místico, como os deveres dos homens remidos para com a Mãe de Deus, Mãe de Cristo e Mãe dos homens, mormente dos fiéis" (*Lumen gentium*, n. 142).

Na perspectiva da Constituição Dogmática *Lumen gentium*, do Concílio Vaticano II, Maria é vista à luz do mistério de Cristo e da Igreja, e não como figura isolada (cf. *Lumen gentium*, nn. 140-141). Já no início da história da salvação, descrita no livro do Gênesis, é anunciada, como componente do projeto de Deus, a solidariedade da mulher no mistério da redenção, na vitória sobre o pecado: "Porei inimizade entre ti e a mulher, entre a tua descendência e a sua; ela te esmagará a cabeça" (Gn 3,15). O cumprimento desse anúncio está registrado na Carta aos Gálatas, o mais antigo texto mariológico do Novo Testamento: "Quando chegou a plenitude dos tempos, Deus enviou o seu Filho, nascido de mulher" (Gl 4,4). O Evangelho de Lucas registra o nome da mulher: "No sexto mês, o anjo Gabriel foi enviado por Deus a uma cidade da Galiléia, chamada Nazaré, a uma Virgem desposada com um homem que se chamava José, da casa de Davi; e o nome da virgem era Maria" (Lc 1,26-27).

5. As proclamações dogmáticas vieram revelar a natureza profunda da pessoa de Maria e sua vocação e atuação no plano salvífico de Deus.

Estamos celebrando os 150 anos da proclamação do dogma da Imaculada Conceição. O Papa Pio IX, ao proclamar essa verdade como dado fundamental da fé viva da Igreja, que tem raízes na economia da salvação, quis mostrar Maria — Mãe do Redentor — como obra-prima da graça de Deus, que a preparou para uma missão única na história da salvação. Ela é "a cheia de graça" (Lc 1,28). Desde o primeiro instante de sua existência no ventre materno, o Espírito Santo ocupou todo o espaço do seu ser. Ela foi previamente redimida. Concebida como nova criatura para ser a mãe digna do Redentor. Por isso, os cristãos orientais a denominam *Toda Santa*, e os cristãos ocidentais, *a Imaculada*. Em Maria, a Imaculada, podemos ver o exemplar da criatura que Deus criou à sua imagem e semelhança. A Imaculada Conceição é também a imagem da nova humanidade, não mais desfigurada pelo pecado e pelos males que provoca no mundo. Afirma são Paulo, na Carta aos Romanos (cf. Rm 6,23), que o salário do pecado é a morte. Na linha do pensamento de Paulo, podemos também dizer que o salário da graça é a nova criatura, a humanidade nova, a vida em plenitude. Nossa fé se reveste, então, de uma esperança viva. Somos chamados a abrir-nos à graça de Deus no caminho da busca da santidade, como marca de nossa vida de fé a caminho do Reino definitivo.

O povo brasileiro é convidado a celebrar, com cantos de louvor, um outro evento importante, ligado também à alegria pela celebração da proclamação do dogma da Imaculada Conceição: os 100 anos da coroação da imagem de Nossa Senhora da Conceição Aparecida como Padroeira e Rainha do Brasil, em fevereiro de 1904, por Pio X. A Santa Sé, por meio de seus Pontífices, tem tido gestos fraternos e carinhosos de apreço e incentivo pela devoção do povo brasileiro à Virgem da Conceição Aparecida. E ecoam ainda em nossa lembrança e em nossos corações agradecidos os momentos da visita de Sua Santidade João Paulo II à cidade de Aparecida, para consagrar, pessoalmente, o Santuário Nacional da Padroeira e Rainha do Brasil. Em sua imagem pequena, simples e negra, a Mãe do Redentor se mostra, simbolicamente, como mãe solícita de todos os seus filhos, mas, de modo especial, dos pobres, dos excluídos, dos sofredores, dos pecadores.

Nesta comemoração, podemos entoar, com mais amor e alegria, o hino dos peregrinos, quando sobem a colina do Santuário:

Viva a Mãe de Deus e nossa,
Sem pecado concebida!
Viva a Virgem Imaculada,
A Senhora Aparecida!

Brasília-DF, 29 de outubro de 2004

NOTA SOBRE O PROCESSO DE REVISÃO DA LEGISLAÇÃO SOBRE O ABORTO NO BRASIL

Marcam o presente período de nossa história a violência urbana e rural, as situações de fome e miséria, atentados, agressões e o crescente número de assassinatos de inocentes.

As recentes articulações para a revisão da legislação sobre o aborto nos colocam diante do grave problema do respeito à vida e à dignidade humana. É dever de todos os cidadãos e cidadãs afirmar o direito à vida, contribuindo para a promoção do bem comum, na solidariedade e paz.

A questão do aborto traz para o centro do debate os direitos da mulher e, em especial, da gestante. A busca e a afirmação dos direitos específicos da mulher são um verdadeiro progresso da sociedade atual.

Respeitar, defender e promover os direitos da mulher é um dever de todos os que afirmam a dignidade inviolável dos seres humanos. Nesse sentido, permanecemos abertos a um diálogo construtivo com as mulheres e suas respectivas organizações, em especial sobre os seus direitos.

Com a mesma convicção defendemos e apoiamos os direitos do nascituro. Sabemos, por testemunho de credenciados cientistas, que o ser humano, desde a sua concepção, possui o seu próprio patrimônio genético e o seu sistema imunológico. Trata-se de um outro ser humano gerado, de modo que mãe e embrião constituem seres humanos distintos.

A própria Constituição Federal, em seu Artigo 5º, protege o direito de todos à vida, e o Código Civil, em seu Artigo 4º, explicita: "A lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro". Acrescente-se que o Brasil é signatário do Pacto de San José da Costa Rica, que, em seu Artigo 4º, estabelece: "Toda pessoa tem o direito a que se respeite sua vida. Esse direito está protegido pela lei e em geral, a partir do momento da concepção".

Por outro lado, reconhecemos que no âmbito dos direitos da mulher e do nascituro ocorre um grave problema social de saúde pública. Trata-se do drama da gravidez indesejada e da prática de abortos clandestinos.

Esse quadro desolador impõe que se estabeleçam políticas públicas com programas adequados de orientação, assistência e saúde. Contudo, não se pode sanar um mal com um mal maior. Por isso a Igreja reafirma e defende o direito inalienável do nascituro à vida, desde a sua concepção. Este tem seus direitos próprios.

Toda concepção envolve homem e mulher. No entanto, facilmente o homem esquece a sua responsabilidade quando envolvido na problemática aqui configurada.

Nesse processo de discussão, a Igreja reconhece e respeita a laicidade do Estado. Esta porém, não pode impedir que qualquer cidadão, cidadã ou grupos manifestem as suas convicções e as proponham como diretrizes ou leis, seguindo os trâmites democráticos e parlamentares. Por essa razão, como cidadãos e cristãos, queremos participar no processo das decisões a serem tomadas em matéria tão relevante.

Nossa luta em defesa da vida se baseia na ética e no direito e se confirma e se eleva pelos ensinamentos do Evangelho de Jesus Cristo.

Brasília-DF, 23 de fevereiro de 2005

NOTA SOBRE JUSTIÇA, SOLIDARIEDADE E PAZ

A Campanha da Fraternidade Ecumênica deste ano conclama a todos para uma grande mobilização nacional pela paz, pelo referendo do desarmamento, pela justiça reparativa e pela superação da miséria e da fome.

O brutal assassinato da Irmã Dorothy e de dois lavradores, e a operação policial de despejo de 4 mil famílias em Goiânia, provocando a morte de duas pessoas e agredindo, espancando e humilhando muitas outras, são fatos recentes que repetem dramas anteriores e levam a nos pronunciar sobre uma das mais iníquas formas de violência, usada como meio de dirimir os conflitos sociais

Esses fatos têm uma especificidade que os distingue de outros crimes apontados pela atual Campanha da Fraternidade. Eles querem impedir que a Justiça Social seja a norma de solução dos conflitos fundiários, no campo e na cidade. Ecoa, em nossos ouvidos, o grito das famílias goianas: "Não temos para aonde ir!". Escutamos também o clamor surdo, de um povo amedrontado pelo terrorismo da "pistolagem", bradando: "Basta!". Fazemos nossos esses clamores. Chega de

expulsar famílias do lugar que ocupam pacificamente e onde querem permanecer para trabalhar e viver.

Convivemos com uma estrutura fundiária arcaica, que tira proveito do precário sistema de titulação da propriedade, principalmente na Amazônia, onde se avança sobre as terras públicas e sobre territórios ocupados pelas populações tradicionais — indígenas, ribeirinhos e posseiros. Ali se promovem a grilagem de terras, a devastação das florestas e do cerrado, a poluição das águas e o trabalho escravo.

Não se alcança a paz por caminhos violentos. Ela é fruto da justiça e da solidariedade. Enquanto as riquezas não forem usufruídas de maneira eqüitativa, a violência persistirá. Para que haja paz, a solidariedade se torna necessária. O cristão vê naquele que sofre o próprio rosto crucificado de Jesus: "Tudo que fizestes ao menor dos irmãos, foi a mim que o fizestes" (Mt 25,40). A solidariedade leva ao respeito do outro, à defesa dos seus direitos e ao compromisso com a justiça.

Apelamos às autoridades competentes no sentido de que sejam envidados esforços para eliminação da forma violenta e, portanto, iníqua de tratar os conflitos sociais. Concretamente, indicamos as seguintes medidas:

- transferir para a competência da Justiça Federal o procedimento investigatório e processual dos assassinatos da Irmã Dorothy e dos líderes rurais do Pará, como grave violação dos direitos humanos;

- acelerar o levantamento da real situação fundiária da Amazônia, de modo a identificar terras griladas e terras públicas, destinando-as aos programas federais de reforma agrária e preservação ambiental;
- assegurar a proteção de todos os defensores e defensoras de direitos humanos ameaçados de morte;
- impedir o recrudescimento da "pistolagem", que hoje se liga ao "crime organizado" e à "segurança privada" clandestina. Confiamos que as autoridades saberão enfrentá-la com coragem e determinação, atendendo às expectativas da sociedade.
- reparar a ação brutal de desalojamento em Goiânia, providenciando moradia digna para aquelas famílias.

Ao tomar essas medidas, o Poder Público estará cumprindo seu dever de dar segurança e garantir os direitos fundamentais dos cidadãos, principalmente dos que residem naquelas áreas onde impera a lei do mais forte.

"Felizes os que promovem a paz, porque serão chamados filhos de Deus!" (Mt 5,9).

Brasília-DF, 24 de fevereiro de 2005

CIÊNCIA E ÉTICA
A SERVIÇO DA VIDA

A Presidência da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e os demais membros de seu Conselho Permanente, reunidos em Brasília de 21 a 23 de junho de 2005, desejam manifestar seu apreço e gratidão aos cientistas, pesquisadores e médicos, assim como aos juristas e legisladores, que têm contribuído com suas experiências e reflexões para revelar sempre melhor a maravilhosa realidade da vida humana.

Além do zelo de muitos ao valorizar a vida desde a concepção, abrem-se novas perspectivas para a proteção da saúde e cura de enfermidades. Surgem também complexas questões éticas oriundas, sobretudo, de recentes normas ministeriais sobre a conduta médica que exigem atenção e discernimento.

Requerem rigorosa análise ética os temas recentemente discutidos: a pesquisa e o uso terapêutico de células-tronco, a obtenção destas a partir de embriões congelados, a fecundação artificial e a clonagem humana. A essas questões acrescente-se a proposta de alterações nas leis sobre a despenalização da interrupção provocada da gravidez, incluindo os casos de fetos anencéfalos.

Tem sido ampla a divulgação, pelos meios de comunicação social, destes temas de grande relevância, especialmente por ocasião de debates no Congresso Nacional sobre a eventual aprovação de leis relativas a questões com graves implicações éticas.

As informações veiculadas manifestam, às vezes, posições diversas e até divergentes que requerem o devido esclarecimento. Os critérios éticos iluminam e orientam os esforços louváveis da ciência, os avanços e benefícios médicos e terapêuticos, sempre assegurando o pleno respeito aos ditames da reta consciência. Com efeito, nem tudo que é possível pela ciência e pela técnica é moralmente permitido.

No cerne dessas graves questões está a dignidade inviolável da vida humana. A ciência demonstra que a partir da fecundação já existe o ser humano, com patrimônio genético e sistema imunológico próprios, agente de seu desenvolvimento contínuo e coordenado.

Da dignidade do nascituro, desde a concepção, decorrem os limites éticos para a pesquisa científica e a necessidade de resguardar e proteger a vida humana por uma legislação lúcida e coerente que exclua a interrupção da gravidez pelo aborto provocado e toda a manipulação que sacrifica o embrião humano.

Nessa perspectiva expressamos nosso apoio à Ação de Inconstitucionalidade do Art. 5º e parágrafos

da Lei 16.105, de 24 de março de 2005, a respeito da utilização de células-tronco embrionárias.

À luz dessas considerações renovamos nossa estima e incentivo aos cientistas, juristas e legisladores que levam adiante seu empenho em defesa e promoção da vida humana, no exercício de seus mandatos e profissões a serviço do bem comum.

Os argumentos científicos, políticos, jurídicos e éticos em defesa da vida humana abrem a compreensão para o fundamento mais profundo da dignidade da pessoa, criada à imagem e semelhança de Deus. Reavivamos a convicção de que o pleno respeito à pessoa humana e às condições dignas de vida para nosso povo está na base da sociedade justa e solidária que todos almejamos.

Brasília-DF, 23 de junho de 2005

MENSAGEM
AO POVO BRASILEIRO

O Brasil, uma vez mais, está desafiado a combater a corrupção política que se nutre da impunidade. Ela é acobertada pela conivência, que se torna cumplicidade, usando as estruturas do Poder Público em benefício de interesses privados.

A apuração das recentes denúncias é imprescindível. Não pode ser esvaziada, sob nenhum pretexto. A corrupção consiste não apenas em delitos individuais mas também em práticas existentes em estruturas da sociedade, sobretudo no funcionamento do sistema político.

O poder econômico, a multiplicidade de partidos políticos sem programas definidos e a falta de fidelidade partidária fragilizam sempre mais o nobre sentido da política e frustram o voto do eleitor. O atual sistema administrativo e eleitoral brasileiro favorece o clientelismo e a corrupção.

A responsabilização, a punição dos culpados e a restituição dos bens subtraídos não deverão, pois, relegar ao esquecimento o desafio maior: a reforma do Estado e do próprio sistema político.

Normas institucionais, por si mesmas, não são suficientes para frear os vícios exacerbados pela busca de poder. A sociedade, através de suas organizações, deve exercer o controle social, vigiando e cobrando a atuação dos poderes públicos.

Nesse sentido, um passo importante é a urgente regulamentação do Art. 14 da Constituição Federal sobre Plebiscito, Referendo e Iniciativa Popular. Isso constitui complemento fundamental à reforma institucional, contribuindo para a mudança da cultura política no País.

A parceria entre um governo democraticamente eleito e a sociedade é fundamental para colocar o País no caminho da dignidade e da respeitabilidade. Confiamos, para isso, no discernimento e firmeza da Presidência da República e demais instituições públicas.

É motivo de esperança reconhecer em nosso País a existência de iniciativas e de movimentos, com destacada presença de cristãos, desempenhando papel relevante, através de mobilizações e novas práticas sociais.

Lembramos aos nossos políticos o que o Espírito nos diz no Livro da Sabedoria: "Amai a justiça, vós que governais a terra" (Sb 1,1). Conclamamos todo o povo brasileiro a que se una no grande mutirão pela ética e pela cidadania, para debelar a corrupção e consolidar a democracia.

Brasília-DF, 23 de junho de 2005

O DIREITO DE NASCER

Na hora em que o Brasil é chamado a consolidar as bases da cidadania e confirmar os valores de sua soberania, desejamos oferecer colaboração e diálogo com os parlamentares, responsáveis pela elaboração das leis que orientam o nosso povo, em busca de uma sociedade justa e solidária.

Nós, Bispos integrantes do Conselho Permanente da CNBB e demais participantes, reunidos em Brasília-DF, de 8 a 11 de novembro de 2005, sentimos o grave dever de expressar, com todos os homens e mulheres de boa vontade, o compromisso com a vida, dom de Deus, hoje tão agredida de tantas maneiras, e manifestar o pleno desacordo com projetos de lei que procuram despenalizar o aborto.

Está em pauta o substitutivo ao Projeto de Lei 1135/91, que pretende conceder a toda mulher o "direito" de interromper voluntariamente sua gravidez.

Trata-se de um ataque frontal ao direito básico de todo ser humano: o direito de nascer. Essa violação atinge os demais direitos humanos, provoca o desmoronamento da ordem social e jurídica, e abre espaço para inúmeros desmandos morais.

É urgente, fundamentados em sólidos dados científicos, repetir que a vida humana começa com a

fecundação, a partir da qual o ser humano possui patrimônio genético e sistema imunológico próprios e se desenvolve de modo coordenado, progressivo e contínuo. A vida humana deve ser respeitada e defendida desde o começo de sua existência até a morte natural.

Não é, portanto, admissível que uma proposta de lei ouse permitir a eliminação de um ser humano inocente e indefeso. Torna-se incoerente o discurso sobre direitos humanos, pois se entra em contradição ao defender outros direitos, negando o direito primordial de nascer e viver.

Essas verdades referem-se a quantos reconhecemos a dignidade da pessoa humana. Atingem, ainda mais, os que cremos em Deus, que nos cria à sua imagem e semelhança e resguarda a vida humana com o mandamento "Não matarás" (Dt 5,17). Cada criança que nasce renova a mensagem de amor, alegria e esperança da parte de Deus para a humanidade.

Reafirmamos que não pertence à mãe o direito de interromper livremente a gravidez, uma vez que o nascituro, mesmo portador de doença fetal incurável ou malformação congênita, tem desde o início sua própria dignidade, identidade diferente dos pais e unidade em seu desenvolvimento gradual e contínuo. A vida da mãe requer toda defesa, apreço e amparo. O mesmo tratamento precisa ser assegurado ao filho que ela acolhe em seu seio.

Somos chamados a cooperar, com profunda compreensão e apoio, especialmente, nos casos difíceis e até heróicos que muitas gestantes enfrentam em prol da vida nascente.

A todas as mães devem ser garantidos os serviços de auxílio à saúde, aos quais não podem ser equiparados atos que eliminam a vida do nascituro.

Recordamos que é sempre sagrado o direito à objeção de consciência dos profissionais de saúde que não admitem exercer a sua missão em oposição a seus princípios morais. O mesmo direito vale para as instituições de assistência à saúde.

O Brasil conta com o humanismo, a clarividência e a responsabilidade de nossos parlamentares em favor da vida.

Brasília-DF, 10 de novembro de 2005

JUSTIÇA E PAZ SE ABRAÇARÃO — NOTA SOBRE A VIOLÊNCIA

Nós, Bispos da Igreja Católica, em reunião ordinária do Conselho Permanente da CNBB, manifestamos nossa preocupação com a crescente violência que se alastra em várias regiões do País.

Por ocasião da 44ª Assembléia Geral, em maio próximo passado, já expressamos nosso veemente repúdio aos brutais atos de violência planejados e praticados pelo crime organizado. Lamentamos que, naquela triste situação, os Direitos Humanos de muitas pessoas não tenham sido respeitados. Continuam a nos preocupar os atos de violência que ora ocorrem em muitos Estados, particularmente agravados em São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Bahia.

Fatos ocorridos recentemente no Pará e Maranhão mereceram declarações e manifestações nos respectivos Regionais da CNBB, às quais expressamos nosso apoio. A população encontra-se desprotegida diante das agressões de setores organizados para a exploração agrícola e de recursos hídricos e minerais. Tal situação se agrava, sobretudo, pela ausência de políticas fundiárias e urbanas, mas também pela falta de atuação adequada dos Poderes constituídos, causando o recrudescimento dos problemas sociais.

As constantes calúnias e ameaças de morte a pessoas da Igreja, inclusive bispos e padres, religiosos e religiosas, e as lideranças dos movimentos populares, trabalhadores e trabalhadoras, nas regiões de Altamira, Santarém, Xinguara e outras, criam um clima de tensão e de medo para nosso povo pacífico e trabalhador.

Lamentamos a prática freqüente e desumana de despejos, destruindo e queimando casas, quintais e roças de famílias que moram e trabalham nas suas terras há várias gerações. Denunciamos o uso indiscriminado de medidas liminares que prejudicam a população mais pobre que vive no campo e que, pelo tempo de posse da terra, já teria garantido o direito de usucapião.

A Doutrina Social da Igreja, firmada no vigor do Evangelho, proclama que a terra de trabalho deve ter primazia sobre a terra de negócios. "Deus destinou a terra com tudo o que ela contém para o uso de todos os homens e povos, de modo que os bens criados devem chegar equitativamente às mãos de todos, segundo a justiça, fecundada pela caridade" (*Gaudium et spes*, n. 69).

Apelamos às autoridades competentes para que tomem as devidas providências, salvaguardando a vida das pessoas feridas e ameaçadas, e garantindo a defesa dos direitos de todos. Confiamos no diálogo e na coerência dos sistemas de Justiça e Segurança para

a mediação dos conflitos e solução das questões judiciais pendentes. Em memória dos que deram a vida por fidelidade ao Evangelho, clamamos por justiça.

É urgente a realização de projetos de desenvolvimento econômico, social e cultural que respeitem os ecossistemas e populações diferenciadas de cada região brasileira, na esperança de que "a justiça e a paz se abraçarão" (cf. Sl 85,11).

Como discípulos do Senhor Jesus, que veio "para que todos tenham vida e a tenham em abundância" (cf. Jo 10,10), reafirmamos nosso repúdio a todas as ameaças de morte e de violência. Apoiamos com vigor os nossos irmãos e irmãs ameaçados, agredidos e todos os que testemunham o Evangelho no dia-a-dia, porquanto acreditamos na força maior da verdade, da justiça e do amor, mais fortes que todo medo, dúvida e mentira.

Brasília-DF, 29 de junho de 2006

III.
CONSELHO EPISCOPAL PASTORAL (CONSEP)

MENSAGEM DE NATAL

"Eis que eu vos anuncio uma grande notícia:
hoje, em Belém, nasceu para vós o Salvador."
(Lc 2,10)

Na celebração do Natal do Senhor, enviamos a todo o povo brasileiro nossa mensagem de paz, alegria e esperança.

A estrela de Belém continua a resplandecer em meio às dificuldades e apreensões, violência e desafios para a construção de uma nova humanidade e de um Brasil mais justo e solidário. Ela indica, hoje ainda, o caminho da Boa-Nova da salvação para todos os homens e mulheres de boa vontade.

Unindo nossa voz à voz dos magos que vieram de longe, exclamamos: "Vimos sua estrela no Oriente e viemos adorá-lo" (Mt 2,1-2). Como eles e os pastores do campo, somos chamados a compreender, com sabedoria, otimismo e amor, o caminho que conduz à gruta de Belém. Na simplicidade do peregrinar de nossa vida deixemo-nos guiar pela luz de Cristo que nos ama pessoalmente. Ele conhece as profundezas de nosso coração e quer penetrar no interior de nossas famílias e comunidades.

O Papa João Paulo II nos lembra sinais da luz de Belém: "Deus está preparando uma grande primavera cristã, cuja aurora já se entrevê... Manifesta-se hoje uma nova convergência por parte dos povos para os valores evangélicos: a recusa à violência e à guerra; o respeito pela pessoa humana e seus direitos; o desejo de liberdade, justiça e fraternidade; a tendência à superação dos racismos e dos nacionalismos, a afirmação da dignidade e a valorização da mulher" (*Redemptoris missio*, n. 86).

A Igreja Católica no Brasil está lançando um novo projeto de evangelização: *Queremos Ver Jesus — Caminho, Verdade e Vida*. Neste Natal, contemplando Jesus que nasce entre nós, veremos mais claro o caminho, se nos deixarmos conduzir pela verdade e nos colocarmos decididamente a serviço da vida.

Um santo e feliz Natal para todos e todas que, em nosso Brasil, aspiram e lutam pela implantação de uma cultura de fraternidade e paz.

Brasília-DF, 17 de dezembro de 2003

FESTAS JUBILARES MARIANAS

"Bem-aventurada aquela que acreditou,
porque vai acontecer
o que o Senhor lhe prometeu."
(Lc 1,45)

MENSAGEM PASTORAL

A Igreja em festa

Nossa Igreja Católica vive, neste ano de 2004, Ano Mariano, grandes alegrias ao celebrar dois importantes jubileus de sua história. Esses jubileus têm no centro de suas comemorações a pessoa amada de Nossa Senhora, a Mãe de Deus e da Igreja, o auxílio dos cristãos.

Estamos celebrando os 150 anos da proclamação do dogma da Imaculada Conceição de Maria, (8.12.1854), e os 100 anos da coroação da imagem de Nossa Senhora da Conceição Aparecida, Rainha e Padroeira do Brasil (8.9.1904).

O dogma da Imaculada Conceição, isto é, "Maria concebida sem pecado", é luz que ilumina nossa origem e nosso destino: de onde viemos? Para onde vamos? A

condição excelsa de Maria, Imaculada e Santíssima, nos enche da esperança do que a graça de Deus, redentora e salvadora, pode fazer em nós apesar de nossas próprias fraquezas e limitações humanas.

A coroação da imagem de Nossa Senhora Aparecida é testemunho de nosso reconhecimento, terno e filial, de sua presença como Rainha e Padroeira do Brasil. Maria é aquela que nos acompanha, consola e intercede por nós todos, confirmando que "jamais se ouviu dizer que algum daqueles que a ela tenha recorrido, reclamado o seu socorro e implorado a sua assistência, tenha sido por ela desamparado" (são Bernardo).

Uma convocação

Estas alegrias e bênçãos jubilares, num clima de festa, nos envolvem todos nós, povo de Deus: bispos, padres, diáconos, religiosos e religiosas, evangelizadores, agentes de pastorais, leigos e leigas.

Esta festa da gratidão deve ser uma abençoada oportunidade de evangelização e crescimento na fé, para que todos tenham a facilidade de beber nas fontes das graças de Deus.

Convocamos todas as dioceses, paróquias e comunidades, associações e movimentos para se empenharem, de modo criativo, na programação de even-

tos, pastorais e acadêmicos e momentos celebrativos para marcar ainda mais a importância de Maria como Mãe e Educadora da fé (cf. *Lumen gentium*, n. 63) e "Estrela da evangelização", convidando à santidade os que peregrinam e mantendo fiéis os setores que carecem de atenção pastoral adequada (cf. *Documento de Puebla*, n. 284).

Maria, protetora e intercessora

Os santos e santas são amigos de Deus e são também nossos amigos, protetores e intercessores. De modo especial temos a proteção e intercessão de Nossa Senhora.

Seu nascimento, na condição de Imaculada, mostra a base profunda de nossa esperança, sempre presente no coração de todo homem e de toda mulher. Temos aqui um traço decisivo da intervenção divina na história da humanidade. Todos sabemos, e ninguém pode contestar, a participação da mulher, em Maria, para a realização e cumprimento da obra de Cristo.

Por isso, o "Sim" dado por Maria, ao anúncio que lhe fora feito pelo anjo Gabriel, é atitude profunda e completa de fé: fé no "Deus do impossível" (Lc 1,39), garantia e certeza da confiança nele depositada. Essa fé, expressão de intimidade filial, esponsal e maternal, nos dá razões para contar com sua intercessão e proteção.

Justifica-se, pois, o caráter universal da esperança humana, depositada em Maria, sustentado pelo encontro sobrenatural com o Verbo Encarnado. Desse modo, a ela podemos nos dirigir apresentando nossas súplicas e necessidades, e dizendo com toda a Igreja do Brasil, "Queremos Ver Jesus — Caminho, Verdade e Vida", para a realização do seu Projeto Nacional de Evangelização. Maria, como ninguém, é aquela que nos pode mostrar Jesus, o fruto bendito do seu ventre (cf. Lc 1,42).

Veneração e culto a Maria no Novo Testamento

No Novo Testamento estão as bases da veneração e do culto a Maria, sobretudo no Evangelho de São Lucas. Esse culto marial aparece, por exemplo, quando uma mulher, do meio da multidão, ergue a voz para proclamar um elogio à Mãe de Jesus: "Felizes as entranhas que te trouxeram e os seios que te amamentaram!". E Jesus responde: "Felizes, antes, os que ouvem a Palavra de Deus e a observam" (Lc 11,27-28). O louvor pronunciado pela mulher é, com efeito, repetição do louvor proclamado inicialmente por Isabel: "Bendita és tu entre as mulheres e bendito é o fruto do teu ventre!" (Lc 1,42).

Além dessas bases do culto e da veneração a Maria, já no início da vida da Igreja, encontramos no mesmo Evangelho de Lucas uma rica doutrina em perspectivas muito belas.

"Ave Maria, cheia de graça" (Lc 1,28) é a saudação que define a singularidade da alma de Maria, exaltando sua condição de escolhida, sacrário da ação amorosa da graça de Deus no seu ser. Ela é a virgem intacta (cf. Lc 1,27-34), pois que no seu seio puríssimo e virginal foi gerado o Cristo, Salvador do mundo, por obra e graça do Divino Espírito Santo. Sua maternidade divina (cf. Lc 1,31-33) é escolha e fruto da intervenção milagrosa do Pai que a elegeu para ser a Mãe do seu Filho (cf. Lc 1,35b), desposada pelo Espírito Santo (cf. Lc 1,35a).

Maria é a obediente "serva do Senhor" (Lc 1,38), modelo insuperável de discípula, é o exemplo daqueles que crêem (cf. Lc 1,45).

Quando vemos os sofrimentos da humanidade e as lutas de tantos irmãos e irmãs, Maria está presente consolando, pois ela é também a "Mãe das dores" (Lc 2,35b).

A excelência do que a graça de Deus realizou em Maria, cantada por ela no *Magnificat*, confirma para sempre a verdade de que ela é "a bendita entre todas as mulheres e a proclamada bem-aventurada por todas as gerações" (Lc 1,42-48b).

Dessas riquezas do Novo Testamento, embora apresentadas de modo resumido, não menos rico e profundo por isso, vale a pena ter presente também do Evangelho de São João algumas passagens que muito nos ensinam.

Em Jo 2,1-11, nas Bodas de Caná, Maria participa revelando sua máxima atenção à Nova Aliança que se realiza em Cristo Jesus, o único Salvador da humanidade. Por isso, ela diz "Fazei tudo o que ele vos disser" (Jo 2,5), marcando a indicação que gera o coração dos verdadeiros discípulos e discípulas.

Em Jo 19,25-27, sua presença de Mãe dolorosa no alto do Calvário, escutando obediente a indicação de Jesus, seu Filho amado, ao dizer "Mulher, eis aí o teu filho", "Filho, eis aí tua mãe", Maria se torna a imagem de comunhão e a certeza de que nesta está nossa força e o caminho verdadeiro para o coração de Deus.

São muitos os aprofundamentos que do Novo Testamento podem nos ajudar a compreender da grandeza da Mãe do Verbo Encarnado, filha predileta do Pai, esposa do Espírito Santo e modelo de discípula.

Maria, Mãe de Deus, Imaculada e Assunta aos céus

O fundamento da veneração que aparece no Novo Testamento desenvolve-se nos primeiros séculos da vida da Igreja, de forma gradativa e sempre crescente, na liturgia e na devoção. O culto, os símbolos, a vivência, a experiência, sobretudo a fé vivida, precederam as proclamações dogmáticas oficiais, o que significa que o dogma surge da fé vivida pela Igreja,

fundamentada na Escritura e na Tradição. A importância de Maria na vida da Igreja vai se confirmar pelas proclamações dogmáticas que aconteceram no decorrer dos séculos. Na tentativa de falar do mistério de Cristo, o Concílio de Éfeso, já em 431, afirmara que aquele que nasceu de Maria era verdadeiramente o Filho de Deus, concedendo a Maria o título de *Theotokos*, isto é, Mãe de Deus. Ela é a Virgem, Mãe de Deus (Concílio Lateranense); é a Imaculada (Pio IX); elevada ao Céu em corpo e alma (Pio XII).

O Vaticano II confirma a doutrina marial dos concílios e as proclamações dogmáticas, referindo-se à perfeita relação de Maria com Cristo, a apresenta como modelo da Igreja. Abre também novas perspectivas, interpretando a relação da esperança, realizada em Maria, em conformidade com a esperança da Igreja, enquanto alcança o ideal de santidade mais profundo e mais alto para a humanidade. Sentimos, a partir daqui, que o amor e a devoção do nosso povo pela santíssima Mãe de Deus fundamenta-se na descoberta dos cristãos de que a destinação incomensurável, recebida por ela, está agora à disposição de todo homem e de toda mulher. É esse o segredo descoberto, antes de tudo pela devoção popular, da solidariedade da mulher no Mistério da redenção, na vitória sobre o pecado: "Porei inimizade entre ti e a mulher, entre a tua descendência e a sua, ela te esmagará a cabeça" (Gn 3,15).

O cumprimento desse anúncio está registrado na Carta aos Gálatas, um antigo texto mariológico do Novo Testamento: "Quando chegou a plenitude dos tempos, Deus enviou seu Filho, nascido de mulher" (Gl 4,4). E o Evangelho registra o nome da mulher: "No sexto mês, o anjo Gabriel foi enviado por Deus a uma cidade da Galiléia, chamada Nazaré, a uma virgem desposada com um homem que se chamava José, da casa de Davi; e o nome da virgem era Maria" (Lc 1,26-27).

O Papa João Paulo II, iniciando a sua Carta Apostólica *Tertio Millennio Adveniente*, lembra "as palavras do apóstolo Paulo: 'Ao chegar a plenitude do tempo, Deus enviou o seu Filho, nascido de mulher' (Gl 4,4)". "A plenitude do tempo", continua o Papa, "identifica-se com o mistério da encarnação do Verbo, Filho consubstancial ao Pai, e com o mistério da redenção do mundo. Segundo são Paulo, o Filho de Deus nasceu de mulher, nasceu sujeito à lei, e veio ao mundo resgatar quantos estavam sujeitos à lei, para receberem a adoção de filhos: 'Porque sois filhos, Deus enviou aos nossos corações o espírito do seu Filho que clama: *Abba, Pai*' (Rm 8,15)" (n. 1). O Apóstolo ligou o Filho de Deus não somente à história do mundo e da salvação mas também à mãe desse mesmo Filho.

A riqueza de Maria

As proclamações dogmáticas vieram revelar a natureza profunda da pessoa de Maria, sua vocação e atuação no plano salvífico de Deus.

Estamos comemorando os 150 anos da proclamação do dogma da Imaculada Conceição. O Papa Pio IX, ao proclamar essa verdade como dado fundamental da fé viva da Igreja, que tem raízes na economia da salvação, quis mostrar Maria — Mãe do Redentor — como obra-prima da graça de Deus, que a preparou para uma missão única na história da salvação. Ela é a cheia de graça (cf. Lc 1,28). A proclamação do dogma reflete, em sentido positivo, a riqueza da graça concedida a Maria, e esperada pela humanidade inteira.

Desde o primeiro instante de sua existência no ventre materno, o Espírito Santo ocupou todo o seu ser. Ela foi previamente redimida. Concebida como nova criatura para ser a Mãe digna do Redentor. Por isso, os cristãos orientais a denominam Toda Santa, e os cristãos ocidentais, a Imaculada. Em Maria, a Imaculada, podemos ver o exemplo da criatura que Deus criou à sua imagem e semelhança. A Imaculada Conceição é também a imagem da nova humanidade, não mais desfigurada pelo pecado e pelos males que ele provoca no mundo. Afirma são Paulo, na Carta aos Romanos (cf. 6,23) que o salário do pecado é a morte. Na linha do pensamento de são Paulo, podemos também dizer que o salário da

graça é a nova criatura, a humanidade nova, a vida em plenitude. Nossa fé se reveste, então, de uma esperança viva. Somos chamados a abrir-nos à graça de Deus no caminho da busca da santidade, como marca de nossa vida de fé a caminho do Reino definitivo.

Celebrando os Jubileus

Todos nós somos convidados a celebrar, com cantos de louvor e alegria, estes dois jubileus que apontam para os alicerces da nossa fé, o dogma da Imaculada Conceição, pelo Papa Beato Pio IX, 8.12.1854-8.12.2004, 150 anos, e para a riqueza de nossa devoção a Nossa Senhora Aparecida, coroada como Rainha e Padroeira do Brasil, 8.9.1904-8.9.2004, 100 anos, pelo Papa São Pio X.

Desde então, os Papas têm tido gestos fraternos e carinhosos de apreço e incentivo pela devoção do povo brasileiro a Nossa Senhora da Conceição Aparecida. Esse gesto de carinho se confirma, neste ano mariano, com o Decreto da Santa Sé, concedendo Indulgências, conforme Decreto da Penitenciaria Apostólica: "Concede-se *Indulgência Plenária* aos fiéis dentro das condições costumeiras (Confissão Sacramental, Comunhão Eucarística e Oração na intenção do Sumo Pontífice) e com a mente livre de afeto por qualquer pecado, a) se participarem de alguma função sagrada ou pio exercício mariano, ou pelo menos recitarem

devotamente a Oração Dominical e o Símbolo dos Apóstolos, acrescentando alguma piedosa invocação à Beatíssima Virgem Aparecida: nos dias 1º de maio e 31 de dezembro de 2004, nos quais haja solene abertura e clausura das celebrações aniversárias; dia 8 de setembro de 2004, no aniversário da definição dogmática da Imaculada Conceição; cada vez que, em honra da Beatíssima Virgem Aparecida, for celebrado rito solene presidido pelo Bispo diocesano ou outro Bispo em seu nome; cada vez que individualmente ou em grupo forem em devota romaria a algum dos supra nomeados templos marianos; uma única vez, em um dia livremente escolhido pelo fiel cristão".

Conforme o mesmo Decreto, os idosos, enfermos e todos os que, por legítima causa, não puderem sair de casa, poderão obter Indulgência Plenária, contanto que de ânimo devoto se unam àqueles que realizam uma piedosa visitação ou peregrinação, detestem qualquer pecado, e logo que for possível realizem as três condições habituais: diante de uma imagem de Nosso Senhor Jesus Cristo ou da beata Virgem Maria, recitem o Pai-nosso, o Credo ou uma prece mariana. Se nem isso puderem fazer, ofereçam humildemente a Deus, por Maria, suas doenças e incômodos.

Todos os que recitarem súplicas ou praticarem atos de piedade em honra da Virgem Aparecida, ou fizerem obras de misericórdia, penitência ou evange-

lização propostas pelo Bispo diocesano, invocando a Mãe de Deus sobre o título de Virgem Aparecida, lucrarão indulgência parcial.

Lembranças e compromissos

Ecoam ainda em nossas lembranças e em nossos corações agradecidos os momentos da visita de sua Santidade, o Papa João Paulo II, à cidade de Aparecida para consagrar, pessoalmente, o Santuário Nacional da Rainha e Padroeira do Brasil. Essas lembranças se constituem num convite para que, todos juntos, pastores e rebanho, manifestemos a Maria a nossa filial devoção.

Recomendamos, nesta oportunidade, a oração do santo Rosário, "que tem não só a simplicidade de uma oração popular, mas também a profundidade teológica de uma oração adaptada a quem sente a exigência de uma contemplação mais madura" (*Rosarium Virginis Mariae*, n. 39). "Uma oração tão fácil e ao mesmo tempo tão rica merece ser descoberta de novo pela comunidade cristã" como recentemente exortou o Santo Padre (*Rosarium Virginis Mariae*, n. 43).

Reconheçamos, na imagem pequena, simples e negra da Virgem de Aparecida, a Mãe do Redentor, Mãe solícita de todos os seus filhos e filhas, especialmente, dos pobres, excluídos, sofredores e pecadores. Nesta comemoração, entoemos, com amor e alegria,

o hino dos peregrinos, quando sobem a colina do Santuário:

Viva a Mãe de Deus e nossa,
Sem pecado concebida!
Viva a Virgem Imaculada!
Ó Senhora Aparecida!

Brasília-DF, 27 de maio de 2004

DECLARAÇÃO SOBRE O PROJETO DE LEI DE BIOSSEGURANÇA

Reunidos em Brasília-DF, de 24 a 26 de agosto de 2004, a Presidência e os membros do Conselho Episcopal de Pastoral da CNBB refletiram sobre a realidade do País.

Avaliamos alguns dos projetos em tramitação no Congresso Nacional. Constatamos que os avanços da ciência exigem reflexões responsáveis diante de conflitos éticos que podem ser suscitados no uso da ciência. Entendemos que as decisões responsáveis correspondem àquelas que cuidadosamente avaliam suas conseqüências.

No Brasil, essas responsabilidades evidenciam uma situação peculiar: o nosso povo vivencia problemas pertinentes ao subdesenvolvimento social e, ao mesmo tempo, acompanha os modernos avanços científicos. Por um lado, a fome é aviltante; por outro, devemos enfrentar as implicações dos alimentos transgênicos. Temos doenças facilmente preveníveis e devemos, também, enfrentar as perspectivas terapêuticas de fronteira para doenças raras. É nesse contexto de realidade brasileira que a reflexão amadurecida deve criar seu próprio espaço.

Dedicamos maior atenção ao *Projeto de Lei de Biossegurança*, que, em texto único, discute a questão dos transgênicos e a utilização de embriões humanos para pesquisa científica. Não é aceitável que duas grandes questões de interesse nacional mascarem uma a outra sua real importância, ao serem tratadas conjuntamente. Tanto a questão dos transgênicos como a dos embriões humanos exigem conhecimentos científicos para a melhor avaliação de suas implicações éticas. A votação, em conjunto, dos transgênicos e dos embriões humanos deixará sempre um marco de inaceitável açodamento legislativo para assuntos tão sérios.

Se existe a urgência de uma decisão legal em vista da próxima safra, nela se concentre o debate, para ela se canalizem as atenções e sobre ela o Congresso exerça suas responsabilidades. Em relação ao uso de embriões humanos, a sociedade já aprendeu que a pesquisa com células-tronco embrionárias está carregada de interpelações éticas e cheia de incertezas científicas. Será difícil entender que foram os reais interesses da sociedade brasileira que juntaram temas tão diferentes, com urgências tão desiguais, para serem votados em um mesmo projeto de lei.

As perspectivas técnico-científicas e as implicações éticas devem ser avaliadas amplamente, de tal modo que possamos ter a segurança de que as decisões foram suficientemente amadurecidas pela sociedade e

pela comunidade científica, orientadas pelos valores éticos próprios da nossa cultura. O debate não pode ficar restrito ao campo de alguns cientistas.

É necessário, então, e mais apropriado separar o atual Projeto de Lei de Biossegurança em dois, possibilitando maior identidade a ambos e, conseqüentemente, exigindo maior aprofundamento.

Temos consciência da nobre e delicada missão dos nossos Legisladores. Por isso, expressamos a confiança nos seus critérios éticos para que temas de tão grande importância para o futuro da sociedade brasileira sejam considerados da forma digna que merecem.

Brasília-DF, 26 de agosto de 2004

NOTA SOBRE AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS

Nós, membros do Conselho Episcopal Pastoral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), reunidos em Brasília às vésperas das eleições municipais, dirigimo-nos ao povo brasileiro para expressar nossa esperança que as eleições transcorram com lisura e de forma pacífica. Elejam-se os melhores, fortalecendo-se assim a ordem democrática e a justiça social.

Os eleitos, homens e mulheres, lembrem-se de sua condição de servidores e servidoras do povo, especialmente dos mais pobres, buscando atender seus direitos e clamores, inspirados na ação de Deus pelo seu povo: "Eu vi a opressão do meu povo... ouvi os gritos de aflição diante dos opressores e tomei conhecimento de seus sofrimentos" (Ex 3,7).

Queremos expressar nosso apreço pela ação daqueles e daquelas "que se dedicam ao bem da coisa pública e ao serviço dos homens e assumem os trabalhos desse encargo" (*Gaudium et spes*, n. 75).

Os candidatos tenham presente que serão mandatários do povo, a serviço de todos e não só de seus correligionários, tanto na função de prefeitos, presidindo o Executivo Municipal, quanto na função de

vereadores, propondo e votando leis e fiscalizando o Executivo, sempre atentos às necessidades e demandas do povo.

A ação política, quando inspirada na ética e na busca do bem comum, dá continuidade às políticas públicas, combate os vícios da corrupção e do clientelismo e evita transformar a disputa eleitoral em motivo de inimizades.

Os eleitores lembrem-se que o voto consciente é o melhor caminho para a construção de um País justo e democrático. Está em suas mãos sancionar as boas propostas políticas e negar o apoio às que não obedeçam a critérios de justiça e de solidariedade.

Somente um povo que participa da vida política, também após as eleições, se faz co-responsável pelo mandato dos eleitos. Diante dos olhos vigilantes do povo e dos movimentos sociais, vereadores e prefeitos serão cobrados por quanto fizerem ou deixarem de fazer.

A escolha do candidato se faça a partir do programa de seu Partido e das propostas do próprio candidato, do comportamento ético e do respeito ao pluralismo cultural e religioso, do compromisso com a justiça e a partir de qualidades como honestidade, competência, liderança, transparência e vontade de servir ao bem comum.

Sejam escolhidos candidatos que tenham uma prática social, lutem pela justiça, defendam a vida humana em todos os seus estágios e não compactuem com a corrupção.

Não podemos esquecer que, na eleição de vereadores, o voto conta primeiro para a legenda partidária e só depois para o candidato.

As eleições apresentam-nos uma oportunidade para avançarmos no combate à corrupção eleitoral. Infelizmente, ainda há candidatos que acham normal comprar votos de eleitores, como há eleitores que aceitam trocar seu voto por algum favor do candidato, ignorando que "voto não tem preço, tem conseqüências". A Lei 9.840/99 contra a corrupção eleitoral é um instrumento valioso para inibir os que corrompem e os que se deixam corromper no processo eleitoral.

Conclamamos todos os cidadãos — e de modo especial, os cristãos comprometidos com a Justiça e a Paz — a levarem ao conhecimento das autoridades judiciais qualquer ocorrência de irregularidade, especialmente a compra de votos. Exijam informações públicas, sem censuras, sobre os candidatos.

A próxima eleição será um momento oportuno para continuar a luta e semear uma esperança, que eleve o ânimo dos que acreditam nas grandes mudanças para o País, empenhando-se por um Brasil justo, democrático e solidário.

Deus ilumine candidatos e eleitores no exercício da sua cidadania.

Brasília-DF, 29 de setembro de 2004

MENSAGEM DE NATAL

"Glória a Deus no mais alto dos céus
e paz na terra..."
(Lc 2,14)

O nascimento de Jesus, o Príncipe da Paz, propõe a adesão de todos a seu Reino de Amor, de Justiça e de Paz. Esta mensagem ressoa em cada coração, conservando sua estimulante atualidade no nosso tempo, marcado pelo desrespeito à pessoa humana pelas ameaças e agressões à vida.

Toda injustiça é expressão de violência, inclusive a injustiça apoiada numa ordem econômica desigual. Inviabilizam a verdadeira paz todas as formas de prepotência dos fortes sobre os mais fracos, tais como as guerras e os atos de terrorismo, os massacres de pessoas ou de grupos inteiros, bem como as ações de violência que pesam sobre as populações frágeis e indefesas.

Unida a todos os homens e mulheres de boa vontade, a CNBB se solidariza com as vítimas de violência. Estimula e abençoa as instituições e organizações da própria Igreja e da sociedade que se empenham na promoção do diálogo, da justiça social e na defesa da

vida. Alegra-se com as ações voltadas para a solidariedade na convivência social, com especial atenção para os pobres, os doentes e os membros fragilizados da sociedade.

A CNBB incentiva as iniciativas em prol da cultura da paz, entre as quais a Campanha Nacional para o Desarmamento, as ações para a superação da miséria e da fome, a Campanha da Fraternidade de 2005, ecumênica, cujo lema é "Solidariedade e paz", e a Década para Superar a Violência (2001-2010). Apóia e oferece sua contribuição à sociedade na busca por novas posturas culturais voltadas para a paz, ao mesmo tempo em que rejeita e condena todo recurso à violência como forma de solução de conflitos e como meio de fazer justiça com as próprias mãos.

O nascimento de Jesus é uma boa notícia para todos os que amam e promovem a paz. Jesus, nascido em Belém, convida-nos a participar do banquete da paz e da vida plena: "Felizes os que promovem a paz, porque serão chamados filhos de Deus" (Mt 5,9).

A CNBB deseja a alegria do Natal de Jesus a todos os brasileiros e brasileiras, às autoridades constituídas e às famílias do nosso País, numa prece confiante: "Ó Deus, a luz do vosso Filho Encarnado inunde nossos corações, fazendo-nos construtores da paz, e derrame suas bênçãos sobre nós no ano de 2005!".

Brasília-DF, Natal de 2004

MENSAGEM
AO POVO BRASILEIRO

Nós, Bispos do Conselho Episcopal de Pastoral, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), presentes em Brasília para a reunião de maio de 2005, expressamos nossos sentimentos de pastores, explicitando uma manifestação de alegria, um gesto de apoio e uma preocupação.

Alegramo-nos pela homologação, em área contínua, da terra indígena Raposa Serra do Sol, por decreto presidencial, do dia 15 de abril próximo passado. Essa demarcação constitui um passo importante no reconhecimento do direito constitucional dos povos indígenas aos territórios por eles tradicionalmente ocupados.

Encerra-se, assim, uma etapa de um longo itinerário de lutas e sofrimentos, que envolveu os próprios povos indígenas, órgãos oficiais e entidades da sociedade organizada. Ressaltamos, especialmente, a corajosa ação do Conselho Indígena de Roraima (CIR), da Diocese de Roraima e do Conselho Indigenista Missionário (Cimi). Pedimos a Deus que se inicie agora, em Roraima, um tempo novo, de superação de conflitos e de reconciliação, de modo a permitir o fiel cumprimento das disposições do decreto de homologação. Esperamos que o mesmo aconteça com

as outras áreas indígenas, no aguardo de demarcação e homologação.

Acompanhamos com solidariedade a marcha dos trabalhadores rurais sem terra de Goiânia a Brasília, realizada de forma organizada e pacífica, com a participação da sociedade. Manifestamos *nosso apoio* à sua mobilização. Com eles reivindicamos do Governo Federal a execução do Plano Nacional de Reforma Agrária, o fortalecimento de políticas consistentes de apoio à agricultura familiar e a liberação de recursos necessários para a realização dos assentamentos, prometidos pelo governo, para uma ordem mais justa no campo e na cidade.

O acesso à terra por uma ampla reforma agrária e uma política agrícola eficaz representam para milhões de brasileiros e brasileiras a oportunidade de uma vida mais digna. São, também, uma contribuição fundamental para a segurança alimentar e nutricional do nosso povo e um passo importante na consolidação da democracia. Trata-se de uma exigência antiga dos movimentos sociais do campo, vista pela CNBB como uma medida urgente e necessária para que se cumpra a função social da terra, como manda a Constituição, e como consta no Ensino Social da Igreja.

Preocupa-nos a situação de insegurança em que vivem nossos irmãos e irmãs afetados pela HIV/Aids. A Igreja marca presença no mundo da Aids desde que

surgiu a epidemia, especialmente pela prevenção e pelas casas de apoio e abrigo a pessoas soropositivas. Graças à atuação de ONGs do próprio movimento de portadores do vírus da Aids e da Pastoral, o Ministério da Saúde garantiu medicação aos soropositivos para melhor qualidade de vida, reduzindo em 50% a mortalidade dos afetados por essa doença.

Em 2005, pressões de grupos econômicos levaram à diminuição na produção dos remédios, ocasionando angústia aos doentes e aumentando a incidência da mortalidade. A solicitude com a vida leva-nos a reiterar a reivindicação da Pastoral da Aids, insistindo que o Governo garanta a produção continuada e suficiente dos medicamentos necessários, acima dos interesses econômicos.

Ampliamos nosso apelo em favor da saúde pública como um todo, para que se superem as graves deficiências que ainda existem no atendimento, sobretudo dos mais carentes.

O Senhor Jesus Cristo e o Espírito Vivificador enviado pelo Pai nos sustentem e nos animem no serviço aos irmãos e às irmãs, na certeza de que "a esperança não decepciona, porque o amor de Deus foi derramado em nossos corações pelo Espírito Santo que nos foi dado" (Rm 5,5).

Brasília-DF, 12 de maio de 2005

MENSAGEM DE NATAL

"A glória do Senhor os envolveu de luz."
(Lc 2,9)

Eis que anunciamos grande alegria para todos: nasceu em Belém, Jesus, o Salvador. É o anúncio renovado a toda a humanidade e aos que acreditam na vida vencendo a morte, na luz vencendo as trevas.

Acolhemos hoje o mesmo anúncio, olhando as necessidades de vida e esperança para todo o povo. O Messias prometido fez que pobres e necessitados, pastores vindos de perto e magos, de longe, buscassem aquele que veio ao encontro do ser humano, trazendo a salvação. Contemplamos o sentido do Mistério: Deus se fez carne e veio habitar entre nós!

A luz que recobre nossas ruas e prédios, as luzes dentro de nossas casas, a expectativa gerada nesses dias, simbolizam o desejo de sermos hoje os anunciadores da luz de Deus que brilha no Natal.

A celebração do Natal do Senhor renova a nossa esperança e nos compromete com os empobrecidos, necessitados e desempregados, com a defesa e promoção da vida, com a justiça e a paz, a reforma agrária; que a reconciliação supere violências e divisões, a força

da união vença exclusões e as tristezas cedam lugar à alegria.

O clima natalino contagia a todos, cristãos e pessoas de boa vontade, que se abrem à sua luz, construindo uma sociedade onde todos vivam unidos, independentemente de etnia, cultura ou credo religioso.

Nasceu o Esperado das nações, aquele que dá o alento da graça e da vida nova, que todos os corações anseiam! Nós o acolhemos com alegria e queremos ser sinais dele em nossas famílias e comunidades.

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil deseja ao povo brasileiro um santo Natal e um Ano-Novo repleto de bênçãos.

Brasília-DF, 14 de dezembro de 2005

IV.
PRESIDÊNCIA

MENSAGEM DE SOLIDARIEDADE AO BISPO DIOCESANO, AOS MISSIONÁRIOS E AOS POVOS INDÍGENAS DE RORAIMA

Estamos aqui, em nome dos Bispos da CNBB, na Região Amazônica, assumida como prioridade pastoral em nossa Assembléia Geral de 2002. Esta Região, não menos importante para todo o povo brasileiro por tratar-se de uma Região de grandes potencialidades, especialmente por sua sociobiodiversidade, é uma região de grande futuro, pois contém uma riqueza cultural e étnica da maior relevância.

São mais de dez povos indígenas, representando parcela expressiva da população e um dos processos organizativos mais ativos, consistentes e de muita luta e coerência. E é exatamente junto a esses povos e por acreditar neles que aqui também se desenvolveu uma das mais belas páginas da ação missionária, após o Concílio Vaticano II e a criação do Conselho Indigenista Missionário (Cimi). E foi por se colocar decididamente ao lado dos povos indígenas em suas lutas pelos direitos constitucionais que os missionários sofreram e estão sofrendo violências, calúnias e ameaças.

A CNBB sempre acompanhou de perto, e com particular atenção, a caminhada da Igreja Missionária de Roraima e toda sorte de ataques e violências que tem sofrido nesses últimos anos. Por essa razão, quando na década de 1980, os missionários da Missão Catrimani foram caluniados e expulsos, prontamente o presidente da CNBB, na época Dom Luciano Mendes de Almeida, veio para cá trazer sua solidariedade e inteirar-se dos acontecimentos.

Agora, após mais uma afronta e agressão aos missionários, seqüestrados e ameaçados, não poderíamos deixar de vir para cá com o mesmo espírito solidário e de total apoio à corajosa e coerente ação dos nossos missionários.

Foram depredadas as dependências da Missão Surumu, símbolo da ação missionária, e que foi o palco de inúmeros e importantes acontecimentos do movimento indígena neste Estado, como as Assembléias dos Tuxauas. Há poucos dias aí foi realizada a 33º Assembléia do mesmo povo. Um belo exemplo de determinação, coragem e democracia.

Viemos para dizer que os Bispos da Igreja Católica no Brasil, através de sua Presidência, estão solidários com a Igreja local de Roraima, com seu Bispo, Dom Apparecido José Dias, com os missionários, especialmente os que atuam junto aos povos indígenas.

Eles são um testemunho evangélico de compromisso com a causa dos povos indígenas e uma voz profética diante de uma realidade tão hostil e agressiva aos índios e aos que os defendem. Não poderíamos deixar de manifestar nossa preocupação, diante das recentes violências cometidas contra os missionários, a Igreja local e os povos indígenas, e nossa desaprovação dos atos de ódio e ganância; ao mesmo tempo, apelamos para que esses crimes sejam julgados e os culpados sejam punidos.

Queremos aqui também manifestar nossa solidariedade para com todos os povos indígenas daqui e, em especial, por todas as vítimas de violências e agressões. Cremos na justiça de Deus, que julgará a cada um pelas suas obras.

Não poderíamos deixar de nos manifestar, neste momento importante da história do nosso País, sobre a aspiração e o direito mais importante dos povos indígenas do Estado de Roraima: trata-se da justa e constitucional homologação da área indígena Raposa Serra do Sol, conforme a Portaria 820/98; isso dará a garantia dos Poderes Constituídos do Brasil, para um futuro de paz e vida digna, aos mais de 15 mil índios que ali vivem. De fato, essa tem sido a luta de trinta anos dos índios, para a qual sempre puderam contar com o apoio solidário dos missionários.

Igualmente desejamos ardentemente que as demais questões de terras indígenas em Roraima, como em todo o País, sejam resolvidas em breve tempo, para que o Brasil possa orgulhar-se de consolidar sua democracia dentro da pluralidade étnica e cultural que o caracteriza.

Finalmente, desejamos encorajar toda a Igreja presente em Roraima, para que tenha esperança e confiança na Providência de Deus e, com ânimo renovado e vigor profético, continue a construir o Reino de Deus nesta Região: Reino de amor, de justiça e de paz. Que a campanha "Nós existimos" produza os frutos que se propõe: construir uma sociedade solidária, de irmãos, onde reinem, acima de tudo, o amor e a fraternidade.

Boa Vista - RR, 27 de fevereiro de 2004

MENSAGEM DE PÁSCOA

"Ficaram felizes por verem o Senhor."
(Jo 20,20)

"Este é o dia que o Senhor fez para nós: alegremo-nos e nele exultemos!" Assim a liturgia pascal nos convida a manifestarmos a alegria pela obra que Deus realizou em favor da humanidade através da paixão, morte e ressurreição de Jesus Cristo. A obra salvadora de Deus é a vitória da misericórdia e do perdão sobre o ódio e a dureza do coração; o triunfo da vida e da esperança sobre a maldade e a morte.

Com a Páscoa, a Igreja anuncia a morte redentora de Jesus e proclama com fé sua ressurreição, enquanto espera com amor sua manifestação gloriosa no fim dos tempos. O mundo novo preparado por Deus já irrompe nas estruturas e nos limites estreitos deste velho mundo, ainda marcado pelo pecado, mas destinado à redenção. Na Páscoa, Deus manifestou o futuro ao qual somos destinados, se acolhermos com fé a mensagem de Jesus Cristo. O Ressuscitado é o começo da humanidade nova e a certeza de nossa esperança.

O encontro vivo com Jesus Cristo ressuscitado transforme nossa vida, como aconteceu com os discí-

pulos. Maria Madalena reconheceu sua voz e correu para anunciar aos apóstolos: "Vi o Senhor!" (Jo 20,18). Os discípulos, muito felizes por verem Jesus, foram enviados para proclamar e testemunhar essa alegria a todos os povos (cf. Lc 24,41.64-48). Tomé, depois de um momento de incredulidade, viu e reconheceu Jesus ressuscitado e fez a mais bela profissão de fé: "Meu Senhor e meu Deus!" (Jo 20,28). Os discípulos de Emaús, frustrados e desanimados, deixaram-se envolver pela companhia do Ressuscitado, que caminhava com eles e lhes explicava as Escrituras; seus olhos abriram-se e reconhecem Jesus, quando ele partia o pão para eles; naquela mesma hora, tornaram-se missionários da Boa-Nova (cf. Lc 24,31).

"Queremos Ver Jesus — Caminho, Verdade e Vida!" O Projeto Nacional de Evangelização, proposto pela CNBB para a Igreja no Brasil, convida todos a fazerem uma renovada experiência da própria fé no encontro vivo com Jesus Cristo ressuscitado, que continua a se manifestar, de muitas maneiras. De modo especial, porém, ele vem ao nosso encontro e se manifesta na leitura orante da Palavra de Deus, nos irmãos, especialmente os que mais sofrem, na comunidade dos fiéis reunidos no nome de Jesus, no perdão dado e recebido, na Eucaristia celebrada em sua memória.

Não tenhamos medo de nos deixar encontrar por ele! Deixemos que também nosso coração se ilumine

e se encha de alegria; nossos olhos se abram para reconhecermos o Senhor, que continua no meio de nós e caminha à nossa frente. Que se inflame nosso desejo de partilhar essa alegria com os outros e de explicar a todos as razões de nossa esperança (cf. 1Pd 3,15); somos, no meio do mundo, as testemunhas do Ressuscitado!

Em nome da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, desejo *feliz e santa Páscoa* aos irmãos bispos, aos presbíteros e diáconos, aos consagrados e consagradas na vida religiosa, aos membros dos Institutos de Vida Apostólica, aos numerosos agentes de pastoral e generosos colaboradores na ação evangelizadora e pastoral de nossas comunidades, às famílias, àqueles que mais sofrem, aos doentes e esquecidos de nossa sociedade, aos que vivem na solidão e a todo o querido povo de Deus. Desejo que todos sintam a bênção e a confortante presença do Senhor ressuscitado em suas vidas.

Expresso especiais votos de paz e bênçãos divinas às Autoridades constituídas e a todo o povo brasileiro. A Páscoa é o momento de manifestarmos nossa fé e nossa tenaz esperança quanto ao futuro da sociedade: por causa da fé em Jesus Cristo ressuscitado, reafirmamos nosso compromisso esperançoso com a construção de uma sociedade sobre os valores do respeito à pessoa, da paz, da justiça e da fraternidade. Deus ilumine e assista a todos.

Brasília-DF, 7 de abril de 2004

APELO À SOLIDARIEDADE PARA TODOS OS ARCEBISPOS E BISPOS DA CNBB, OS PRESBÍTEROS E SUAS COMUNIDADES, E TODO O POVO BRASILEIRO

Tivemos notícias de uma grave catástrofe natural, que se abateu sobre o Haiti e a República Dominicana nestes últimos dias, deixando mais de 2 mil mortos, muitos feridos e desabrigados, além de grande destruição e desolação.

A Caritas Brasileira, seguindo o exemplo da Caritas Internacional, já abriu uma conta especial para doações em favor das populações atingidas naqueles países do Caribe.

A Presidência da CNBB endossa esse gesto de solidariedade e apela para a generosidade dos cristãos e de todos os demais brasileiros, para que encaminhem suas doações, em dinheiro, à conta especial da Caritas Brasileira: Agência 3475-4, C/C n. 39.000-3, Banco do Brasil.

Pede ainda a Presidência da CNBB que esse apelo seja especialmente divulgado na Solenidade do SS. Corpo e Sangue de Cristo (*Corpus Christi*), dia 10 de junho de 2004, ou no domingo, dia 13 de junho.

Além das igrejas, a divulgação também seja feita pelos meios de comunicação locais.

Saudando-os na caridade de Jesus Cristo, que entregou seu corpo e sangue na sua infinita solidariedade para conosco.

Brasília-DF, 31 de maio de 2004

NOTA DE SOLIDARIEDADE

Ao Senhor
Alexei Labetskiy
Encarregado de Negócios
da Embaixada da Federação Russa no Brasil
Brasília-DF

Senhor Encarregado de Negócios,

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) acompanhou, estarrecida, a tragédia ocorrida nesses dias numa escola de Beslan, na Ossétia do Norte, Federação Russa. Não podemos deixar de manifestar nossa mais profunda desaprovação pelo massacre de centenas de vidas humanas inocentes, tantas de crianças, vítimas da lógica cega do terrorismo.

A vida humana de civis e inocentes nunca deve ser instrumentalizada para se tornar o preço de sangue para a consecução de objetivos de grupos, ainda que sejam nobres. O nome de Deus é profundamente desrespeitado quando se agride a pessoa humana. O princípio básico para a convivência harmônica entre os povos e para a solução de conflitos entre eles é sempre o respeito pela dignidade da pessoa humana.

Em nome da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, manifesto meu sincero pesar e a fraterna solidariedade para com os familiares das vítimas e para com todo o povo russo nessa hora de dor e consternação. Juntamente com o Papa João Paulo II, elevo a Deus preces pelas vítimas e para o conforto de todos os que foram atingidos por essa tragédia, pedindo as luzes do Supremo Deus para os governantes e para que o verdadeiro entendimento entre os povos possa assegurar a paz para todos.

Brasília-DF, 7 de setembro de 2004

NOTA SOBRE A DECISÃO DO STF ACERCA DO ABORTO DE ANENCÉFALOS

A CNBB acolheu com satisfação a decisão do Supremo Tribunal Federal que, no dia 20 de outubro de 2004, revogou a liminar concedida anteriormente por um ministro do mesmo STF permitindo o aborto dos bebês anencéfalos. A nova decisão reafirma o princípio do pleno respeito à dignidade e à vida do ser humano, não importando o estágio de seu desenvolvimento, ou a condição em que ele se encontra. Esse princípio, que fundamenta todos os demais direitos da pessoa, é base e condição para a convivência social digna, justa e solidária.

Ao mesmo tempo que manifesta seu apreço a todos que, no cumprimento de sua missão cívica, buscam a defesa da vida e da dignidade humana no ordenamento jurídico brasileiro, a CNBB renova a disposição de prestar sua colaboração com as iniciativas éticas voltadas a afastar da convivência social todas as formas de violência e agressão à vida e à dignidade da pessoa, convidando todos os brasileiros e brasileiras a abraçarem, sem titubeios, esta nobre causa.

Brasília-DF, 20 de outubro de 2004

NOTA SOBRE
A REVISÃO DA LEI DO ABORTO

Por ocasião do propósito manifestado pelo Governo Federal de rever o caráter punitivo da legislação sobre o aborto no País, ampliando as possibilidades legais da interrupção da gravidez, hoje limitadas aos casos de estupro e risco de vida da mãe, a Presidência da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, como em outras ocasiões, volta a pronunciar-se sobre a inviolabilidade do direito à vida que atinge a todo ser humano.

Como fizemos em várias oportunidades, especialmente ao longo deste ano, reafirmamos o princípio ético do pleno respeito à dignidade e à vida do ser humano, não importando o estágio de seu desenvolvimento ou a condição em que ele se encontra. Esse princípio, que fundamenta todos os demais direitos da pessoa, é base e condição para a convivência social digna, justa e solidária.

Apelamos a todos para cultivarmos uma cultura da vida e não da morte. O menosprezo pela vida humana tem levado aos maiores desatinos pessoas e governos no passado e no presente, e a uma escalada de violência, insegurança, vingança, assassinatos, assaltos, roubos e

aumento da miséria e da fome. Necessitamos de uma educação para a convivência fraterna e não fratricida. O respeito aos indefesos e à vida frágil é expressão de verdadeira cultura e humanidade.

Ajude-nos Deus a provarmos que só o amor ao semelhante, começando pelo respeito à vida, pode garantir a paz verdadeira.

Brasília-DF, 9 de dezembro de 2004

NOTA SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DA TERRA INDÍGENA RAPOSA SERRA DO SOL

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil manifesta sua satisfação pela homologação da terra indígena Raposa Serra do Sol, há tanto esperada.

A diocese de Roraima vinha acompanhando, desde muito, a angústia dos povos indígenas e seu anseio por ver reconhecido o direito às suas terras. Eles sonhavam com a aplicação da Portaria 820/98, do Ministério da Justiça, que defendia a homologação de suas terras em área contínua.

No entanto, a CNBB manifesta seu apreço pela decisão do Governo e se congratula com os povos indígenas de Roraima e com a sociedade brasileira por essa vitória.

Brasília-DF, 15 de abril de 2005

MENSAGEM PARA O DIA 1º DE MAIO

Neste 1º de maio de 2005, a Presidência da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) tem a alegria de se dirigir a todos os trabalhadores e trabalhadoras do País, entrar em suas casas, saudar suas famílias e marcar presença em seus locais de trabalho.

Como pastores, queremos chegar até vocês com uma palavra amiga e uma mensagem de esperança e solidariedade. O desejo é que nossa voz alcance todos os recantos do mundo do trabalho, em especial os porões da sociedade onde a dignidade da pessoa encontra-se mais aviltada e ameaçada.

Temos consciência de que o desemprego e o subemprego persistem como uma das chagas mais vivas em todo o território nacional. Os mecanismos de exploração na macroeconomia se sofisticaram, atingindo diretamente o trabalhador. Sabemos que está em curso um processo de flexibilização das leis trabalhistas e de terceirização, o qual, quando realizado à revelia das legítimas organizações trabalhistas, corre o sério risco de tornar ainda mais precárias as relações e condições de trabalho. E sabemos, ainda, do grave escândalo do trabalho escravo e infantil, como também da discrimi-

nação que pesa sobre as mulheres e as comunidades afro-descendentes, seja quanto aos critérios de seleção, seja quanto à definição dos salários. Não ignoramos, por fim, o êxodo do campo para a cidade, com suas conseqüências e implicações; o crescimento da emigração de brasileiros para o exterior, ao lado do tráfico de seres humanos para fins de exploração sexual; e os clamores dos povos indígenas pela reconquista de seu solo pátrio.

Tudo isso denunciamos como chagas profundamente dolorosas e reveladoras de um perigoso divórcio entre o trabalho, o emprego e a cidadania. Como afirmou o Papa João Paulo II, "O trabalho é a chave de toda questão social, provavelmente a chave essencial; daí o trabalho humano assumir uma importância fundamental e decisiva na questão social" (*Laborem Exercens*, n. 3). Graves injustiças e desigualdades sociais viciam pela raiz o crescimento econômico e criam condições para o recrudescimento da violência urbana e rural. Como repetidas vezes temos afirmado, "A democracia não se realiza, de fato, quando o sistema econômico exclui parcelas da população dos meios necessários a uma vida digna: acesso ao trabalho com justa remuneração, à moradia, à terra, à educação, à organização sindical, à participação dos lucros e na gestão da empresa" (*Exigências éticas da ordem democrática*, Documentos da CNBB, n. 42).

Por isso, queremos fazer nossos, neste momento, os sentimentos de Jesus Cristo ao anunciar a Boa-Nova do Evangelho. O evangelista Mateus diz que Jesus "percorria todas as cidades e aldeias da região", encontrava pelos caminhos "as multidões cansadas e abatidas", e diante delas "sentia compaixão" (cf. Mt 9,35-38).

Queremos fazer nossa, igualmente, a esperança do Papa Bento XVI ao assumir o seu pontificado com o coração aberto e os braços estendidos para um horizonte de justiça e paz. A compaixão de Jesus e a atitude do Santo Padre são faróis que orientam nossa solicitude pastoral.

As mãos dos trabalhadores e trabalhadoras cultivam a terra, erguem edifícios, preparam o alimento, fabricam bens, curam, constroem, limpam, ensinam, educam, acariciam... Enfim, convertem a matéria bruta da natureza em bens de uso, que servem a uma vida de qualidade crescente. "Eu vim para que todos tenham vida e a tenham em plenitude", diz Jesus no Evangelho de João (10,10).

As mesmas mãos que são capazes de transformar a natureza e a história indicam o caminho da transformação de nós mesmos e, por outro lado, nos ajudam a transformar as relações interpessoais, comunitárias e socioeconômicas. Nas mãos dos trabalhadores e trabalhadoras está a possibilidade de construir o sonho

de uma sociedade justa, solidária e fraterna, sinal do Reino definitivo.

Assim, no Dia do(a) Trabalhador(a), reverenciando os que deram sua vida pela defesa das causas trabalhistas, queremos lembrar as conquistas conseguidas em tantos anos de luta. Entre elas fazemos especial menção à demarcação da terra indígena Raposa Terra do Sol. O gesto do Governo, com o qual nos congratulamos, só foi possível após uma difícil e longa luta dos índios e seus aliados, sustentada pela esperança dos que crêem na vitória da verdade e da justiça.

Tomando emprestadas as mãos dos(as) trabalhadores(as), queremos estender nossa bênção a todo o povo brasileiro. Pela intercessão de Maria e de são José Operário, que Deus faça resplandecer sua face e oriente os passos de todos aqueles que vivem do suor do seu trabalho, ou daqueles que, impossibilitados de trabalhar, contam com a solidariedade social.

Brasília-DF, 29 de abril de 2005

MENSAGEM PARA O DIA DA PÁTRIA, 7 DE SETEMBRO DE 2005

"A verdade vos libertará."
(Jo 8,32)

A nossa Pátria vive momentos de grande sofrimento. As instituições políticas do País estão sendo duramente atingidas. Reiteradas denúncias de corrupção perpassam vários níveis do Poder Público. Cresce a indignação ética que nasce da consciência da violação de valores fundamentais da nossa sociedade. A democracia não subsiste à corrupção.

O povo brasileiro precisa recuperar a esperança — pela apuração da verdade dos fatos, pela restituição dos bens públicos subtraídos — numa colaboração eficaz para a real purificação de nossas instituições.

O dia 7 de Setembro já faz parte da nossa cultura como apelo a sermos sujeitos da nossa história, completando a nossa independência e a nossa soberania. A mãe-Pátria espera de todos nós decisões corajosas para uma renovada face da nossa democracia.

No mundo que caminha, cada vez mais, para um pensamento único, somos chamados, pessoas e

comunidades brasileiras, à co-responsabilidade pela construção de uma nação com identidade própria, valorizando as riquezas de nossas origens culturais.

A atual crise está levando o povo ao descrédito da ação política. Instaurada pela revelação de práticas ilegais, ela reflete um mal antigo de natureza política, do qual os desvios éticos são sintomas significativos. A cultura da corrupção, alimentada por corporativismos históricos, tem utilizado as estruturas de poder para o benefício próprio, substituindo o debate de idéias por projetos de poder.

Por isso, a crise que nos invade está desafiando o País para um novo projeto de sociedade que contemple as reais necessidades da população, sobretudo dos mais empobrecidos, nestes tempos de profundas transformações.

As grandes mudanças das últimas décadas, como a Terceira Revolução Industrial e a ampliação crescente da globalização, estão tendo sérias repercussões políticas e econômicas, concentrando rendas e diminuindo as possibilidades de trabalho. Assistimos ao enfraquecimento do Estado-Nação e à transformação das relações entre capital e trabalho.

Um clamor específico está emergindo em meio a essa crise: uma radical reforma do atual sistema político. Não podemos deixar passar este momento

sem realizar uma profunda reforma política. Precisamos assegurar a fidelidade partidária, aprimorar os institutos da democracia representativa e favorecer a democracia participativa e deliberativa. O Projeto de Lei, em tramitação no Congresso Nacional, para a regulamentação do Art. 14 da Constituição Federal nos oferece essa possibilidade de participação por meio de referendos, plebiscitos e conselhos, em todos os níveis de decisão.

Mais do que nunca precisamos valorizar a Lei 9.840, assegurando sua aplicação, rápida e severa, possibilitando a lisura das campanhas eleitorais contra a corrupção eleitoral.

A experiência de participação popular na política — por meio de movimentos sociais, sindicatos, pastorais sociais e partidos políticos — é uma conquista e um patrimônio histórico do povo brasileiro; não pode ser perdida pela ação nefasta de políticos que buscam poder e vantagens pessoais a qualquer custo.

Queremos, nesse sentido, estimular os cristãos que, em nome da sua fé, se engajaram no mundo da política, dizendo-lhes que vale a pena se doar por uma causa que nos ultrapassa: a política pode ser uma forma de exercício de um amor maior.

O povo brasileiro já deu, ao longo de sua história, muitas provas de energia e capacidade de superar

crises. A atual crise política poderá se tornar uma ocasião de amadurecimento das instituições democráticas do País, de comprometimento maior com a verdade que nos liberta e de luta por um Brasil justo, solidário e livre, onde "justiça e paz se abraçarão" (Sl 85,11).

Confiamos nas suas convicções éticas e cristãs, capazes de sempre se reanimar e se levantar com mais coragem e esperança. Está em nossas mãos a mudança do Brasil.

A pedido do episcopado católico do Brasil, o dia 7 de Setembro deste ano seja ocasião para especiais orações pela nossa Pátria.

Deus nos proteja!

Nossa Senhora Aparecida interceda por nós.

Brasília-DF, 7 de setembro de 2005

MENSAGEM DE PÁSCOA

"Jesus Cristo ressuscitado está no meio de nós!"

A Igreja celebra com grande júbilo a solenidade da Páscoa, comemorando a morte salvadora de Jesus Cristo e sua ressurreição gloriosa. Ele venceu a morte e abriu para a humanidade o caminho da esperança e da vida nova.

Com a ressurreição de Jesus, os discípulos passaram da tristeza e do desalento à alegria incontida; nos encontros com o Senhor ressuscitado, seus corações desorientados e abatidos pela dor vibraram novamente. Viram que Jesus não estava mais entre os mortos e lhes indicava novamente o caminho a seguir. Para os discípulos, isso também significou passar da morte para a vida!

A celebração pascal, ainda hoje, inunda a Igreja com essa mesma alegria. Jesus Cristo ressuscitado está com a humanidade, que ele ama infinitamente; age no meio do mundo através do Espírito Santo, inspira os corações na escolha do bem e os move a aderirem ao Reino de Deus. Jesus ressuscitado assiste sua Igreja com solicitude constante: "Eis que estou convosco todos os dias, até o fim dos tempos" (Mt 28,20). Por isso

a comunidade reunida em seu nome pode proclamar com firme fé: “Ele está no meio de nós!”.

Enviada em missão para proclamar a Boa-Nova, a Igreja convida todos para o encontro vivo e pessoal com seu Senhor ressuscitado, Caminho, Verdade e Vida. Ele é a face humana de Deus, a fonte da esperança, do perdão e da paz. Ele conforta e liberta de todos os males. Ao povo que, em suas angústias e necessidades, procura Deus a Igreja continua a dizer: “Vinde e vede!”.

Em cada domingo, os cristãos celebram a Páscoa ao redor da mesa da Eucaristia. Reúnem-se em nome de Jesus Cristo, recordam sua paixão, morte e ressurreição, ouvem sua Palavra, são animados na fé, esperança e caridade, nutrem-se com o pão da vida, alimento para o serviço dos irmãos no cotidiano da vida. A Santa Missa dominical é o momento alto da vida da Igreja e sua celebração mais importante. A esse encontro somos convidados a participar com alegria!

Também na Páscoa de 2006 proclamamos com renovada fé: “Vinde e vede, o Senhor ressuscitado está no meio de nós!”. Queremos compartilhar esta Boa Notícia com nossos irmãos de fé, com os que padecem de muitas maneiras, com todas as pessoas que encontramos, de modo especial, os irmãos e irmãs com deficiência.

A Páscoa deste ano leva nosso pensamento e nossas atenções para Florianópolis, onde será celebrado o XV Congresso Eucarístico Nacional, de 18 a 21 de maio próximo, encerrando o Ano da Eucaristia para o Brasil. O tema e o lema do Congresso manifestam convicções fundamentais e muito caras à Igreja: Ele está no meio de nós. "Vinde e vede!" (Jo 1,39). Deus não deixa a humanidade abandonada a si mesma, em meio aos problemas e angústias da vida.

Portanto convidamos todos a participarem do XV Congresso Eucarístico Nacional, unidos na oração e na proclamação alegre de nossa fé.

Em nome da CNBB, desejamos a todos feliz e santa Páscoa, com a bênção do Senhor ressuscitado!

Brasília-DF, 19 de abril de 2006

MENSAGEM AOS TRABALHADORES NO DIA 1º DE MAIO DE 2006

Saudamos, neste dia, os trabalhadores e as trabalhadoras empenhados na construção do Brasil. O trabalho valoriza a pessoa humana e constrói a sociedade; por isso precisa ser defendido contra aqueles que o utilizam para oprimir e explorar o próximo (cf. Dt 5,12-15).

Vemos com esperança todas as iniciativas, em nível municipal, estadual e nacional, para oferecer mais oportunidades de trabalho, bem como o reajuste, acima da inflação, do salário mínimo e das aposentadorias e pensões, embora ainda aquém das necessidades da população.

No entanto, preocupa-nos o desemprego, que continua sendo a grande praga do mundo contemporâneo. São muitas as pessoas que procuram, sem êxito, um trabalho honesto. Por que não aumentam as oportunidades de trabalho, enquanto cresce a geração de riquezas? Preocupam-nos também a pouca valorização do trabalho da mulher, a falta de oportunidades de trabalho para os jovens, a discriminação racial nas relações de trabalho e o descaso com os aposentados,

que contribuíram com seu suor para a construção do País.

A solução para esses problemas dificilmente acontecerá num modelo econômico que tende à concentração da renda e à exclusão cada vez maior dos trabalhadores, reais construtores da sociedade. O Papa João Paulo II já advertia, após o Sínodo da América, em 1999: "Domina cada vez mais, em muitos países americanos, um sistema conhecido como 'neoliberalismo'; sistema que, apoiado numa concepção economicista do homem, considera o lucro e as leis de mercado parâmetros absolutos em detrimento da dignidade e do respeito da pessoa e do povo. Por vezes, esse sistema transformou-se numa justificação ideológica de atitudes e modos de agir no campo social e político, provocando a marginalização dos mais fracos" (*Ecclesia in America*, A Igreja na América, n. 56).

O mesmo Papa João Paulo II insistia sobre a centralidade do trabalho, como "chave da questão social" (*Laborem exercens*, Sobre o trabalho humano, n. 3). No entanto, o que se vê com freqüência é o econômico contraposto ao social, como se os dois aspectos da convivência humana não estivessem implicados um no outro. Como pode conviver o crescimento econômico com altos índices de desemprego, subemprego, exploração do trabalho infantil e até com a existência de trabalho escravo? Como falar em democracia num contexto de

desrespeito às leis trabalhistas e da tentativa diuturna de flexibilização dos direitos sociais?

Os caminhos para a superação dessa realidade encontram-se no âmbito da política, como "forma sublime do exercício da caridade", respeitados os preceitos da democracia. Neste ano eleitoral, é preciso que a questão do trabalho seja priorizada nos programas dos candidatos e nos debates pré-eleitorais, preparando, assim, o terreno para novos passos na superação do desemprego. Só existe verdadeira cidadania quando o direito ao trabalho está assegurado.

A melhor política pública é proporcionar oportunidades de trabalho, assegurar o justo salário, possibilitar a distribuição de renda, imprimir ao desenvolvimento uma dimensão humana e ecológica, promover a justiça e a paz. Assim realiza-se o sonho do profeta Isaías: "Construirão casas e habitarão nelas, plantarão vinhas e comerão de seus frutos. Ninguém trabalhará inutilmente [...]" (Is 65,17-25).

As experiências de economia solidária trazem grande esperança; elas alteram as relações da vil exploração do trabalho, abrindo espaço para a dimensão solidária e criativa do trabalho e para o atendimento às necessidades básicas da pessoa humana. Essas experiências lembram o trabalho de Deus na criação do mundo (cf. Gn 1,1–2,4).

Neste Dia do Trabalhador rogamos a Deus que cessem todas as discriminações e injustiças ligadas ao mundo do trabalho e que o povo brasileiro desfrute de verdadeira justiça, solidariedade e paz social. Nossa Senhora Aparecida e são José Operário abençoem as famílias brasileiras para que todos os trabalhadores e trabalhadoras tenham vida e vida em abundância (cf. Jo 10,10).

Brasília-DF, 28 de abril de 2006

SUMÁRIO

Apresentação 5

I. ASSEMBLÉIA GERAL

Mensagem aos Religiosos e Religiosas por ocasião do Jubileu de Ouro da Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB) 9

Mensagem para o Dia do Trabalhador 15

Resgatar a dignidade da Política — Declaração sobre a crise política do Brasil 19

Diga sim à vida — Nota a respeito do Referendo sobre a proibição do comércio de armas de fogo e munição 25

Declaração sobre exigências éticas em defesa da vida 27

Orientações sobre contribuições dos fiéis para instituições e iniciativas eclesiásticas 33

Nota sobre os recentes atos de violência no Estado de São Paulo 41

Declaração sobre o momento eleitoral por ocasião da 44ª Assembléia Geral 43

Mensagem às jovens e aos jovens do Brasil, a todos os que crêem em Cristo e que procuram a verdade, a justiça e a paz 49

II. CONSELHO PERMANENTE

Nota pastoral sobre os 150 anos da proclamação do dogma da Imaculada Conceição e os 100 anos da coroação da imagem de Nossa Senhora Aparecida como Padroeira do Brasil.....57

Nota sobre o processo de revisão da legislação sobre o aborto no Brasil 65

Nota sobre justiça, solidariedade e paz.....69

Ciência e ética a serviço da vida 73

Mensagem ao povo brasileiro.....77

O direito de nascer.....79

Justiça e paz se abraçarão — Nota sobre a violência.....83

III. CONSELHO EPISCOPAL PASTORAL (CONSEP)

Mensagem de Natal 89

Festas jubilares marianas 91

Declaração sobre o Projeto de Lei de Biossegurança.....105

Nota sobre as eleições municipais 109

Mensagem de Natal 113

Mensagem ao povo brasileiro.....115

Mensagem de Natal 119

IV. PRESIDÊNCIA

Mensagem de solidariedade ao bispo diocesano, aos missionários e aos povos indígenas de Roraima 123

Mensagem de Páscoa 127

Apelo à solidariedade para todos os arcebispos e bispos da CNBB, os Presbíteros e suas comunidades, e todo o povo brasileiro 131

Nota de solidariedade 133

Nota sobre a decisão do STF acerca do aborto de anencéfalos 135

Nota sobre a revisão da Lei do Aborto 137

Nota sobre a homologação da terra indígena Raposa Serra do Sol 139

Mensagem para o dia 1º de maio 141

Mensagem para o Dia da Pátria, 7 de Setembro de 2005 145

Mensagem de Páscoa 149

Mensagem aos trabalhadores no dia 1º de maio de 2006 153

Impresso na gráfica da
Pia Sociedade Filhas de São Paulo
Via Raposo Tavares, km 19,145
05577-300 - São Paulo, SP - Brasil - 2006